



Departamento de História

A Cultura ao serviço da Revolução: Campanhas de Dinamização  
Cultural e Acção Cívica do MFA

Ricardo Manuel dos Ramos Gonçalves

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:

Doutora Maria Luísa Tiago de Oliveira, Professora Auxiliar,

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2018

*Protesto contra a ideia separada que se faz da cultura, como se existisse, de um lado, a cultura, e de outro a vida; e como se a verdadeira cultura não fosse um meio requintado de compreender e de exercer a vida.*

ANTONIN ARTAUD, *O TEATRO E O SEU DUPLO*

Este trabalho foi redigido ao abrigo do antigo Acordo Ortográfico.

## **Agradecimentos**

Uma primeira palavra de agradecimento à Professora Doutora Luísa Tiago de Oliveira por todos os seus ensinamentos e indicações que me levaram a concluir, com sucesso, esta dissertação. A sua atenção, generosidade e paciência foram aspectos fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Agradeço naturalmente aos entrevistados comandante Manuel Begonha e Vasco Pinto Leite, sem os quais não teria obtido informações valiosas, que em muito contribuíram para esta dissertação. Deixo ainda um agradecimento especial a todos os militares de Abril, que possibilitaram que um povo inteiro tivesse voz, através do valor irrepreensível da liberdade.

Não posso ainda deixar de agradecer aos funcionários do Arquivo da Defesa Nacional e do Centro de Documentação 25 de Abril, por me proporcionarem as melhores condições de trabalho possíveis no acesso à documentação necessária para este trabalho.

Aos meus amigos e colegas, com quem, ao longo do tempo, discuti o meu trabalho e que contribuíram com proveitosas sugestões, sem nunca regatearam apoio e amizade. Em especial, à Inês, ao Francisco, à Maria Sacadura, à Joana Carmona, à Joana David, à Maria Alves, à Diana, ao Pedro, ao Vasco e ao Bernardo agradeço por toda a motivação e companheirismo que partilhámos neste caminho.

Finalmente, agradeço aos meus pais, irmão e restante família, por me educarem de forma a acreditar que todos os desafios são possíveis de superar, com vontade e determinação.

## **Resumo**

Ao longo desta investigação pretende-se analisar de que forma se caracterizaram as designadas Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, procurando-se determinar quais as noções de cultura que norteavam esta iniciativa. Num contexto historicamente revolucionário, estas campanhas de carácter político-cultural consubstanciaram-se em acções desenvolvidas por militares e civis com objectivo de reforçar a ligação entre os militares e as populações locais, com insuficientes recursos monetários e materiais. Para isso foram integradas intervenções artísticas e culturais, com a finalidade de se criar uma nova rede cultural no país, o que constitui um primeiro prenúncio de descentralização cultural para o território. Tuteladas pela 5ª Divisão e planeadas por uma Comissão Dinamizadora Central (CODICE), as Campanhas de Dinamização Cultural assumiram-se assim como umas das primeiras iniciativas culturais no Portugal pós-25 de Abril. Neste sentido, esta dissertação pretende ainda situar as campanhas no seio das políticas culturais desenvolvidas em Portugal depois de 1974.

Palavras-Chave: Cultura; Revolução Portuguesa; Movimento das Forças Armadas; Dinamização Cultural; Fascismo.

## **Abstract**

This research aims at analyzing how the so called Cultural Dynamization and Civic Action Campaigns of the Armed Forces Movement were characterized and determining the underlying cultural notions. In a historically revolutionary context, these political-cultural campaigns consisted of military and civil actions with the goal of reinforcing the connection between the military and the local population, which lacked monetary and material resources. For this purpose, artistic and cultural interventions were integrated to create a new cultural network in the country, which represented a foresight to the country's cultural decentralization. Overseen by the 5<sup>th</sup> Division and planned by the Central Dynamizing Commission (CODICE), the Cultural Dynamization Campaigns constituted one of the first cultural initiatives in Portugal after the 25<sup>th</sup> of April. Therefore, this dissertation also intends to place the campaigns in the context of the cultural politics developed in Portugal after 1974.

Keywords: Culture; Portuguese Revolution; Armed Forces Movement; Cultural Dynamization; Fascism.



4.2.1.5.	Artes Plásticas.....	58
4.2.1.6.	Circo .....	60
4.3.	Visões de cultura presentes nas Campanhas de Dinamização Cultural .....	60
CAPÍTULO V - AS CAMPANHAS DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL NO PANORAMA DAS POLÍTICAS CULTURAIS .....		65
5.1.	Um projecto incompleto – “Uma semente lançada” .....	65
5.2.	As novas políticas culturais em Portugal .....	67
CAPÍTULO VI – CONCLUSÕES .....		71
FONTES .....		77
BIBLIOGRAFIA .....		79
ANEXOS .....		I

## **Glossário de Siglas**

ADN – Arquivo de Defesa Nacional

CAC – Colectivo de Acção Cultural

CDS – Partido do Centro Democrático Social

CD25A – Centro de Documentação 25 de Abril

CEMGFA – Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas

CIASC – Comissão Interministerial para a Animação Sócio-Cultural

CODICE - Comissão Dinamizadora Central (5ª Divisão do EMGFA)

CODIRE – Comissão Dinamizadora Regional

CODIDI – Comissão Dinamizadora Distrital

COPCON – Comando Operacional do Continente

CR – Conselho da Revolução

ELP – Exército de Libertação de Portugal

EMGFA – Estado Maior General das Forças Armadas

FA – Forças Armadas

GAC – Grupo de Acção Cultural

GNR – Guarda Nacional Republicana

JSN – Junta de Salvação Nacional

MCS – Ministério da Comunicação Social

MDLP - Movimento Democrático de Libertação de Portugal

MEC – Ministério de Educação e Cultura

MDP/CDE – Movimento Democrático Português / Comissão Democrática Eleitoral

MFA – Movimento das Forças Armadas

MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

ONU – Organização das Nações Unidas

PCP – Partido Comunista Português

PIDE/DGS – Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direcção Geral de Segurança

PPD – Partido Popular Democrático

PREC – Processo Revolucionário em Curso

PS – Partido Socialista

RTP – Rádio e Televisão Portuguesa

SAAL – Serviço Ambulatório de Apoio Local

SADA – Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Agrário

## CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

### 1.1. Objecto e Objectivos de Estudo

A partir de 25 de Abril de 1974, inicia-se em Portugal um período de transição à democracia, após 48 anos de regime ditatorial. Nesta circunstância, dá-se início a uma conjuntura revolucionária, marcada pela ligação da sociedade civil ao Movimento das Forças Armadas (MFA). Ao contrário de outros países, que durante a década de 70 iniciam uma nova vaga de democratização, o caso português apresenta um carácter único e singular, uma vez que o golpe militar bem sucedido entra em total ruptura com o regime político precedente.

Desde o momento que marca a queda do antigo regime até aos primeiros meses de 1976, o país atravessa um período de grandes mudanças ao nível político, económico e social. Em sentido lato, este período compreende a acção dos partidos, entretanto legalizados, de sectores militares, mas também de organizações sindicais e de comissões de trabalhadores e moradores, numa época de efervescente agitação popular e alguma desordem.

Com o desenrolar do processo de transição à democracia, vão surgindo diversos projectos político-culturais, tais como as Campanhas de Alfabetização, o Serviço Cívico Estudantil ou as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, experiência sobre a qual se debruça esta dissertação.

As Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, projecto iniciado em Outubro de 1974 e terminado no final de 1975, foram da responsabilidade da chamada 5ª Divisão do MFA e da sua Comissão Organizadora Central (CODICE)<sup>1</sup>. Tinham como objectivo dar a conhecer à população portuguesa o programa político do Movimento das Forças Armadas – tendo como base o denominado Boletim do MFA, bem como a inclusão de intervenções artísticas e culturais, com o objectivo de se criar uma nova rede cultural no país; por último, estas campanhas pretendiam incentivar e ajudar a fortalecer um novo movimento de poder popular.

Ao longo deste trabalho pretende-se descrever e analisar a forma como foram estruturadas as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, tendo em conta o seu traçado que percorreu grande parte do território português.

---

<sup>1</sup> CORREIA, Ramiro, et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, p. 20.

Num período limitado entre 1974 e 1976, esta dissertação pretende ainda aprofundar a noção de cultura presente nestas campanhas, analisar as primeiras práticas culturais depois do 25 de Abril e dar a conhecer de que forma é que a cultura passou a estar ao serviço de um propósito revolucionário.

Por fim, esta dissertação procurará fixar as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA no contexto das primeiras políticas culturais do novo regime democrático.

## **1.2. Estado da Arte**

As Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA são um dos projectos mais marcantes e singulares do processo revolucionário português. A sua abordagem e abrangência na sociedade portuguesa enquadram a iniciativa no seio das primeiras práticas culturais do pós-25 de Abril.

No meio académico e historiográfico, são, no entanto, ainda escassos os estudos que abordam de forma central esta experiência político-cultural que duraria pouco mais de um ano (de Outubro de 1974 a Novembro de 1975<sup>2</sup>). Não obstante, a sua complexidade em termos estruturais tem merecido o apontamento por parte de diversos autores das ciências sociais.

Analisando a bibliografia disponível sobre esta temática, é possível organizá-la de acordo com duas áreas temáticas da História: por um lado, a história dos movimentos sociais, focados no período em estudo; por outro, a história das práticas e políticas culturais. No âmbito desta dissertação, será também dada atenção a um conjunto de obras de cariz memorialista.

Começando pela história dos movimentos sociais, inicia-se esta revisão de bibliografia destacando a tese de doutoramento em antropologia de Sónia Vespeira de Almeida (2007), *A Ruralidade no Processo de Transição para a Democracia em Portugal. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas (1974-1975)*<sup>3</sup>.

Nesta dissertação, defendida em 2008, a autora analisa o traçado itinerante das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, focando-se na sua incidência junto do povo português. Numa abordagem que procura identificar o conceito de povo e

---

<sup>2</sup> Com excepção feita para algumas campanhas que permanecem no terreno até ao início de 1976.

<sup>3</sup> A tese de doutoramento seria depois sintetizada em livro (2009).

nação presentes nas campanhas, Sónia Vespeira de Almeida convoca a ruralidade do país, assim como a figura do camponês, para o centro do discurso revolucionário que marca esta época de transição à democracia.

No âmbito da história dos movimentos sociais, destacam-se ainda os contributos presentes em *Estudantes e Povo na Revolução, O Serviço Cívico Estudantil (1974-1975)*, da autoria de Luísa Tiago de Oliveira (2004). Nesta obra, a autora aborda um conjunto de experiências educativas que visavam a participação de estudantes e onde estabelece alguns elos de ligação com as Campanhas de Dinamização Cultural. Neste interface entre o social e o cultural situa-se também Stephen R Stoer (1986) que, no seu livro de 1986 *Educação e Mudança Social em Portugal 1970-1980. Uma Década de Transição*, aborda a questão da “mobilização revolucionária” com ênfase para a dinamização cultural promovida pelo MFA. No que concerne ao estudo dos movimentos sociais, importa ainda destacar os contributos presentes em *Anatomia de Uma Revolução: a Reforma Agrária em Portugal, 1974-1976*, de António Barreto (1978); *História do povo na Revolução Portuguesa 1974-1975*, de Raquel Varela (2014); e, *O poder caiu na rua. Crise de Estado e acções colectivas na revolução portuguesa, 1974-1975*, da autoria de Diego Palacio Cerezales (2003).

Uma vez que as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA se inserem num processo de transição à democracia, importa referir algumas obras que se prendem, precisamente, com essa época de transformação no país. Assim, torna-se incontornável a referência às obras de José Medeiros Ferreira (1993), *Portugal em Transe (1974-1985)*; de Fernando Rosas (2004), *Portugal século XX: 1890-1976: pensamento e acção política*; de António Costa Pinto (2005), *Portugal Contemporâneo*; de José Maria Brandão Brito (2001), *O País em Revolução*; e, de Phil Mailer (2018), *Portugal: A Revolução Impossível?*.

Passando para as obras focadas essencialmente na história das práticas e políticas culturais, enumeram-se desde logo diversos contributos. Sobre alguns dos aspectos mais concretos do panorama cultural português destaca-se as obras *Tempos Cruzados, Um Estudo Interpretativa da Cultura Popular* e ainda *Cultura e Desenvolvimento: Estudos sobre a Relação entre Ser e Agir*, ambas da autoria de Augusto Santos Silva (1994 e 2000, respectivamente). Num âmbito geral dos estudos culturais, destaca-se ainda as obras *As Políticas Culturais em Portugal*, de Maria de Lourdes Lima dos Santos (1998) e *As*

*organizações culturais e o espaço público: a experiência da rede nacional de teatros e cineteatros*, da autoria de Maria João Centeno (2012).

Tendo em conta os contributos acima referidas, é também neste ponto que é possível reflector sobre o processo de institucionalização e descentralização da cultura em Portugal. Neste segmento, é pois necessário dar referência à obra colectiva *Novos trilhos culturais: práticas e políticas*, organizado por José Machado Pais e Maria de Lourdes Lima dos Santos (2010).

Em contextos mais específicos da cultura, que vão do teatro ao cinema, surgem referências a diversos autores. No caso das artes plásticas, destaque para o livro *Artes Plásticas e crítica em Portugal, nos anos 70 e 80: vanguarda e pós-modernismo*, de Isabel Nogueira (2013). Para o cinema, destaca-se os contributos de José Filipe Costa (2002) com a obra *O Cinema ao Poder! A Revolução do 25 de Abril e as políticas de cinema entre 1974-1976*, assim como de Carlos Porto (1985), *Dez Anos de Teatro e Cinema em Portugal: 1974-1984*. Por outro lado, dar ênfase aos contributos de António Sousa Ribeiro, com o seu artigo “Configurações do Campo Intelectual Português no Pós-25 de Abril: O Campo Literário”, e de Idalina Aguiar de Melo em “Estratégias de Importação da “Alta Cultura”. O Caso do Teatro Alemão Representado em Portugal (1974-1980), ambos presentes na obra *Portugal: Um Retrato Singular*, organizado por Boaventura de Sousa Santos (1993). Finalmente, destaque ainda para o capítulo “As Práticas Culturais”, elaborado por Eduarda Dionísio e presente na obra colectiva *Portugal, Vinte Anos de Democracia* (1996).

Para esta dissertação foi necessário também analisar o panorama da política cultural em Portugal durante o período de regime ditatorial. Neste sentido, importa destacar a obra de Jorge Ramos do Ó (1999), *Os Anos de Ferro. O Dispositivo Cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949*, onde o autor analisa de forma sintética qual a política cultural que dominou o Estado Novo, olhando para a sua relação com a propaganda em torno do ditador português. Neste sentido, o autor reflecte sobre o impacto na sociedade portuguesa da chamada “política do espírito” elaborada por António Ferro, responsável pelo Secretariado da Propaganda Nacional (SPN).

No campo dos estudos que abordam as práticas e políticas culturais, esta dissertação recorre ainda a obras, que embora não directamente ligadas ao panorama português, contribuem para o aprofundar da temática em torno da conceptualização teórica do conceito

de cultura. Neste sentido, salienta-se a importância da obra de Peter Burke (1989), *Cultura Popular na Idade Moderna*, do livro de Martin Puchner (2006), *Poetry of the Revolution: Marx, Manifestos, and the Avant-Gardes* e da obra de Theodor Adorno e Max Horkheimer, *A indústria cultural – o iluminismo como mistificação das massas*.

Uma das vias mais frutíferas para os investigadores deste período é a profusão de trabalhos realizados pelos próprios protagonistas civis e militares. No caso desta dissertação devem por isso destacar-se algumas obras de cariz memorialista, nomeadamente o livro *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, de Manuel Begonha (2015), um dos antigos responsáveis pelas campanhas. Neste contributo, o autor sintetiza cronologicamente os principais momentos das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, desde a sua origem, dando conta do envolvimento do meio intelectual português, na tentativa de se criar um novo programa cultural para o país.

Finalmente, deve evocar-se o livro de Vasco Pinto Leite (2013), *O Corpo do Delito*, em que o autor fala da sua carreira profissional ligada à cultura. Desde a sua posição como presidente da Federação Portuguesa de Cinema de Amadores – antes da revolução - até à Direcção Geral da Cultura Popular e Espectáculos, onde ficaria responsável pela parte civil das Campanhas de Dinamização Cultural. Na parte final deste livro, Vasco Pinto Leite propõe ainda uma reflexão sobre o papel político da cultura em Portugal, enumerando e analisando a conduta de alguns dos protagonistas da política cultural depois do 25 de Abril de 1974.

### **1.3. Em torno dos conceitos de cultura**

Com o intuito de se aprofundar o quadro teórico que serve de base a esta tese, faremos de seguida uma breve contextualização ao conceito de cultura. No termo que aqui aprofundamos, é possível identificar uma grande polissemia, o que explica desde logo a quantidade de noções provenientes de diversos autores das diferentes áreas científicas.

Porém, e como via para uma contextualização mais assertiva, começaremos por utilizar a definição do conceito presente na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO: “a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afectivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo

social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”<sup>4</sup>.

Para chegarmos à origem deste termo, devemos destacar a ideia formulada por Edward Tylor, que definiu “a cultura como conjunto de elementos que inclui o conhecimento, crenças, arte, moral, leis, costumes e outras capacidades adquiridas pelo homem enquanto membro de uma sociedade”<sup>5</sup>. Esta linha antropológica é, de resto, aquela que marca o início dos estudos culturais, ainda no século XVIII. Zigmunt Bauman foi também um dos autores contemporâneos que mais escreveu sobre a cultura, nomeadamente ao situar o conceito no período em que foi objecto de descoberta:

“O conceito de cultura não foi inventado até ao século XVIII. Antes, não existia nada de similar na nossa linguagem instruída, para não falar da linguagem quotidiana, que remotamente se assemelhava à complexa visão de mundo que a palavra "cultura" tenta captar. Este facto é chocante; sendo também intrigante para um leitor contemporâneo, para o qual a formação de seres humanos nas sociedades é um dos factos triviais da nossa existência. No entanto, essa trivialidade actual foi no passado uma descoberta e revolucionou verdadeiramente a maneira como a vida humana era percebida”<sup>6</sup>.

Esta trivialidade de que fala Bauman é também explicada por Raymond Williams, que destaca a emergência do ideal de “civilização” construída pelo Iluminismo. Devido a este facto, o conceito surge inicialmente associado à ideia de progresso e desenvolvimento. A ideia de uma cultura para o desenvolvimento é, de resto, um ponto a que esta tese fará referência mais tarde<sup>7</sup>.

Note-se, no entanto, que o início dos estudos sobre a cultura, nomeadamente a cultura popular, está intimamente associada à ascensão do nacionalismo no século XIX, facto destacado por Peter Burke, que ressalva a importância acrescida dos momentos político-culturais em que este tipo de tendências se desenvolve.

---

<sup>4</sup> “Declaração Universal sobre a diversidade cultural da UNESCO” (disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>).

<sup>5</sup> TYLOR, Edward B. (2016), *Primitive Culture: Researches into the Development of Mythology, Philosophy Religion, Language, Art and Custom*, Vol. I. New York, Dover Publications, p. 13 (Tradução livre).

<sup>6</sup> BAUMAN, Zygmunt (1989), *Legislators and Interpreters: On Modernity, Post-Modernity, and Intellectuals*, Oxford, Polity Press, p. 81 (Tradução livre).

<sup>7</sup> WILLIAMS, Raymond (1977), *Marxism and Literature*, Oxford, Oxford University Press, p. 13.

Por sua vez, Franz Boas define a cultura como a “soma de reacções e actividades mentais e físicas que exprimem o comportamento dos indivíduos que compõem um grupo social”<sup>8</sup>.

Numa versão mais contemporânea do conceito, destaca-se, por exemplo, a visão de Clifford Geertz, que contrapõe a definição antropológica de Tylor. O autor norte-americano traz para a discussão deste conceito uma perspectiva semiológica: “Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, defino cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”<sup>9</sup>.

No contexto específico desta tese, é também necessário fazer uma análise que distinga os conceitos de cultura popular e cultura erudita. Uma vez mais, tal como no enquadramento teórico do conceito de cultura, são vários os autores que desenvolveram diferentes perspectivas sobre estas categorizações. Para além disso, este contraste de conceitos possibilitou-nos chegar a novos termos, tais como cultura de massa ou indústria cultural.

Começemos pelo conceito de cultura popular. A necessidade de oposição à denominada cultura erudita tem origens ainda no século XVIII. De acordo com Burke, foi nessa época que inúmeros estudiosos demonstraram interesse pelos costumes e tradições do povo. “Para alguns intelectuais, em especial no fim do século XVIII, o «povo» era interessante de uma forma exótica; no século XIX, por contraste, existia um culto do «povo», no sentido em que alguns intelectuais se identificavam com o povo e tentava imitá-lo”<sup>10</sup>.

Neste sentido, surge então o conceito de cultura popular, referente a práticas baseadas nos costumes do povo, passada de geração em geração e que se enquadrava num certo primitivismo onde residia a verdadeira génese identitária de uma nação. Note-se que, de

---

<sup>8</sup> BOAS, Franz (1964), *Cuestiones Fundamentales de Antropología cultural*, Buenos Aires, Solar/Hachete, p. 166.

<sup>9</sup> GEERTZ, Clifford (2012), *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, LTC, p. 16.

<sup>10</sup> BURKE, Peter (1989), *Cultura Popular na Idade Moderna*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 31.

acordo com Burke, a ascensão do nacionalismo no século XIX é forçosamente importante na construção desta nova tendência<sup>11</sup>, uma vez mais ligada à ideia de construção da nação.

Por contraste com a chamada cultura popular, a cultura erudita diz respeito aos costumes das classes superiores, com maior poder económico. Segundo Costa, a “cultura erudita diz respeito à chamada cultura livresca, detentora do conhecimento, associada às elites, apresentando-se no interior das universidades e ignorando, portanto, as manifestações do povo”<sup>12</sup>.

Num texto publicado em 1988<sup>13</sup>, Maria de Lurdes Lima dos Santos refere que as expressões de cultura cultivada (erudita) e de cultura popular tendem a conservar-se como noções históricas, multiplicando-se para além do tempo como dois corpos de saber míticos (um dos «clássicos», outro do «povo»). Neste sentido, com o passar do tempo, a emergente cultura de massa ocuparia o lugar da pequena tradição, passando esta a categoria residual (onde inicialmente se fixava apenas o conceito de cultura popular). Por sua vez, Hannah Arendt adopta o conceito de cultura de elite, onde inclui apenas as obras produzidas por artistas e que resistem ao passar do tempo.

Regressando ao conceito de cultura popular, é também a partir desta esfera que se observa, já no século XX, o despertar da chamada cultura de massas. O advento do cinema e da rádio, a produção e o consumo de massa, a ascensão do fascismo e o amadurecimento das democracias liberais em certos países ocidentais contribuíram para definir os rumos dos debates sobre a cultura de massa.

O progressivo aumento de massificação da produção e do consumo de produtos culturais levou Max Horkheimer e Theodor Adorno a propor o conceito de indústria cultural, referindo-se à mercantilização da cultura, que transforma os bens culturais em objectos de troca. Inserindo-se na chamada Teoria Crítica, iniciada na Escola de Frankfurt, Horkheimer e Adorno consolidam a ideia de uma cultura produzida segundo a lógica capitalista de produção de bens. Desta forma, o debate actual em torno destes conceitos desagua inevitavelmente na

---

<sup>11</sup> BURKE, Peter (1989), *Cultura Popular na Idade Moderna*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 33.

<sup>12</sup> COSTA, Luís Adriano (2011), *Movimento armorial: do erudito ao popular*, Grande, EDUEPB, p. 35

<sup>13</sup> SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1988), “Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas)” in *Análise Social*, pp. 689-702.

chamada cultura de massa e na ideia de uma comercialização da própria cultura como ferramenta política e social.

#### **1.4. Metodologia e Fontes**

O ponto de partida desta dissertação assenta na selecção bibliográfica de obras que se referem, directa ou indirectamente, às Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA. Por outro lado, recorreu-se também a um levantamento de fontes, necessárias à melhor compreensão do tema em estudo.

No âmbito bibliográfico, esta investigação recorre a um conjunto de obras e trabalhos académicos, que analisam as campanhas e o período histórico em que se inserem. Neste aspecto salienta-se a presença de obras, de carácter temático, focando-se em temas ao nível da cultura, do teatro, cinema, entre outras correntes de expressão artística.

Passando para as fontes, verificou-se primeiramente as obras de Ramiro Correia e o *Livro Branco da 5.ª Divisão*. No que concerne às fontes de carácter primário sublinha-se ainda a preponderância da documentação militar, complementada através de artigos jornalísticos e alguns espólios privados. Para o tema em estudo nesta dissertação destaca-se o acervo referente à 5ª Divisão, presente no Arquivo da Defesa Nacional (ADN) e ainda alguma documentação privada, consultada no Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A), em Coimbra.

Ao longo do período de investigação foi realizado um extenso levantamento da bibliografia e material arquivístico, tendo ficado alguma documentação por analisar, em virtude dos constrangimentos decorrentes do prazo para a entrega deste trabalho.

Por fim, procedeu-se à realização de entrevistas, na lógica da história oral, como forma de aprofundar, validar historicamente e encadear de forma crítica os acontecimentos que envolveram as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA. Optou-se, neste caso, por um modelo de entrevistas semi-directiva, o que permitiu, através de um questionário

previamente definido, alcançar um maior grau de profundidade dos assuntos e impedir, por outro lado, demasiadas variações ou afastamentos do tema<sup>14</sup>.

### **1.5. Limitações e Contributos**

Na análise a esta dissertação é necessário ainda ter em conta certas limitações assim como os contributos adjacentes ao estudo desta temática.

No caso das limitações, começamos por destacar dois aspectos que, em certa medida, dificultam a análise histórica proposta. Por um lado, a curta duração temporal do objecto em estudo – cerca de um ano – o que, desta forma, limita a análise mais aprofundada do efeito destas campanhas no país. Em segundo lugar, é também importante referir que a concentração territorial das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, aliada à dispersão das suas intervenções, quer na escolha de conteúdos apresentados, quer na preparação dos mesmos, limita a análise mais aprofundada aos verdadeiros objectivos delineados. Finalmente, destacar o facto deste se tratar de um tema pouco explorado do ponto de vista académico. A falta de estudos académicos pode, por isso, precipitar conclusões menos imparciais e pouco incisivas em relação aos verdadeiros propósitos desta investigação.

Passando para o espaço dos contributos, esta dissertação traz, em primeira instância, uma análise recíproca perante a dialéctica cultura e revolução. Se por um lado, se pretende analisar como a cultura serviu o contexto revolucionário português, por outro, esta tese pretende olhar para a forma como a revolução afectou a cultura portuguesa nas suas diversas dimensões. Em segundo lugar, destaque para a importância de estudar este tema, precisamente, porque se encontra pouco explorado pelo meio académico, designadamente pela historiografia portuguesa. Por fim, e tendo as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA como objecto empírico, esta dissertação pretende medir o alcance/dimensão destas intervenções culturais no âmbito de um processo gradual de institucionalização da cultura em Portugal. Neste sentido, este trabalho pretende contribuir para ver se as campanhas funcionaram ou não como tubo de ensaio para as políticas culturais portuguesas que se seguiram.

---

<sup>14</sup> GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin (1992), *O inquérito. Teoria e prática*, Lisboa, Celta Editora, pp. 83-84.

## CAPÍTULO II - PORTUGAL NUM CONTEXTO DE MUDANÇA: DA DITADURA À DEMOCRACIA

### 2.1. A Revolução de Abril

A 25 de Abril de 1974, a intervenção militar conduzida por “oficiais subalternos das Forças Armadas”<sup>15</sup> iniciava um período de transição à democracia, após 48 anos de regime ditatorial. A “divina surpresa”<sup>16</sup>, como lhe chamaria Eduardo Lourenço, e que caracterizaria historicamente este golpe militar, inaugura um novo ciclo de democratização no mundo. A designada “terceira vaga”<sup>17</sup> de transições à democracia, que começa na Europa do Sul, para, posteriormente, se estender à América Latina e Europa de Leste.

O despoletar do golpe militar – evento disruptivo na história contemporânea portuguesa – principia um período de redescoberta do país, em termos sociais e culturais. Este acontecimento encetou ainda os primeiros passos para o fim do império colonial português. Na opinião de diversos autores, estamos, nestas condições, perante um evento de carácter singular. Em primeira instância, adjacente ao facto do regime autoritário ter sido derrubado por uma organização política (MFA) composta por militares, isto é, por membros integrantes do aparelho do Estado. Em segundo lugar, Portugal experimentara desde os anos 60 “um novo ritmo de mudança” à boleia da vitalidade presente nos diversos movimentos sociais que emergiram nesse período. Finalmente, e tal como advoga Philipp Schmitter, a revolução portuguesa é também célebre por manter intacto o seu efeito de surpresa, não tendo sido prevista ou expectável pela grande maioria dos estudiosos ou analistas políticos da situação portuguesa.

Tal como sublinhado, o golpe inesperado distingue-se por ter sido, fundamentalmente, protagonizado por oficiais intermédios. Ainda que consideravelmente heterogéneo, nomeadamente ao nível de politização dos seus membros, o movimento pode situar-se ideologicamente à esquerda, não obstante a existência de uma linha mais conservadora ligada ao general António de Spínola, que iria presidir à Junta de Salvação Nacional (JSN) ao longo dos primeiros meses depois da revolução. Para o país, o chamado Movimento das Forças Armadas (MFA) pretendia, para além de uma alteração ao sistema político, o fim da guerra

---

<sup>15</sup> SCHMITTER, Philippe (1999), *Portugal: do autoritarismo à democracia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, p. 179.

<sup>16</sup> LOURENÇO, Eduardo (2013), *Os Militares e o Poder*, Lisboa, Gradiva, p. 58.

<sup>17</sup> Expressão retirada de HUNTINGTON, Samuel (1991), *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, Norma, University of Oklahoma Press, p. 3.

colonial nas antigas províncias ultramarinas, e o desenvolvimento do país, em benefício das camadas mais desfavorecidas.

Na senda deste momento, dá-se início a uma conjuntura marcadamente revolucionária. Por um lado, constata-se que nem o Estado, nem a própria hierarquia militar detinha controlo operacional sobre a tropa. Desta forma e, em certa medida, deixa de haver Forças Armadas, passando a existir forças militares revolucionárias, em postos decisivos do MFA. Numa análise mais precisa sobre o 25 de Abril, podemos ainda reconhecer que o golpe de Estado constitui apenas o despoletar da revolução, sendo por isso uma das partes de uma mudança que se verificaria mais complexa.

Consumado o golpe, o MFA substitui-se “revolucionariamente à hierarquia tradicional das Forças Armadas”<sup>18</sup>. E é, precisamente, devido a estas características que moldam o novo poder, que emerge um nova conjuntura conhecida como Processo Revolucionário em Curso (PREC). O período, que servirá de elemento historiográfico desta investigação, foi caracterizado por Boaventura Sousa Santos como “o movimento social popular mais amplo e profundo da história europeia do pós-guerra”<sup>19</sup>. Também Palacio Cerezales encontra nesta transição para a democracia um novo ciclo de “desocultamento” do país, uma vez mais atribuindo responsabilidades aos movimentos sociais e às “formas de acção colectiva”<sup>20</sup> que se geraram. Em resumo, de 1974 a 1976, o país seria palmilhado por uma série de experiências promovidas tanto pelo sector militar como pela sociedade civil. Forja-se uma aproximação entre o movimento social e o MFA que iria moldar, de forma decisiva, os anos que se seguiriam no novo Portugal democrático.

## **2.2. PREC: um programa político para um novo país**

Para uma transição assertiva ao novo regime, era necessário que o país fosse conduzido através de um programa orientado ideologicamente para a implementação de uma mudança

---

<sup>18</sup> ROSAS, Fernando (2004), *Portugal século XX: 1890-1976: pensamento e acção política*, Lisboa, Editorial Notícias, p. 134.

<sup>19</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa Santos (1993), *Portugal, um retrato singular*, Porto, Edições Afrontamento, p. 27.

<sup>20</sup> PALACIOS CEREZALES, Diego (2003), *O poder caiu na rua. Crise de Estado e acções colectivas na revolução portuguesa, 1974-1975*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, p. 20.

no sistema político. Neste âmbito, o MFA apresenta-se ao povo português como “garantia máxima” das aspirações e interesses da esmagadora maioria da população. Neste cenário, o período que se segue ao 25 de Abril ficaria marcado por uma gestão com larga componente militar, que em última instância conduziria o país à democracia.

O *Programa do Movimento das Forças Armadas*, divulgado a 26 de Abril de 1974, é desde logo pautado por uma “vincada preocupação com a resolução dos problemas básicos das populações e com a diminuição das suas carências mais graves”<sup>21</sup>. No sector militar, este acontecimento marca também o abandono da premissa territorial na defesa das províncias ultramarinas. Pelo contrário, e pela primeira vez desde o início da guerra colonial, as Forças Armadas centram atenções na população portuguesa, alavancadas por um programa que visava o desenvolvimento local e o bem-estar do povo. Neste campo de acção, o período revolucionário é palco de diversas iniciativas, como as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, das quais se ocupa esta dissertação, as Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária, o Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL), o Serviço Cívico Estudantil (SCE), ou o Serviço Médico na Periferia.

Tal como fora acima referido, a perspectiva de redescoberta do país transportava para a revolução portuguesa um outro aspecto de importante relevância. Durante este período, a narrativa revolucionária residiu numa relação estabelecida entre o povo e o MFA. Vistos antes como “agentes da repressão, fautores de uma guerra colonial e defensores do regime”<sup>22</sup>, as Forças Armadas passaram a estar ao lado do povo “explorado” numa perspectiva de levar Portugal “rumo ao socialismo”.

A recuperação do reconhecimento social por parte da instituição militar constitui-se, de acordo com diversos autores, como um factor fundamental para a restituição de um sentimento de unidade nacional. Segundo Sónia Vespeira de Almeida, a “adesão popular subsequente, secundada pelo protagonismo mediático, conferiu um carácter heróico aos militares” que assumiram o seu papel político na transição à democracia.

Porém, o processo revolucionário ficaria marcado por diferentes fases que ilustram o rumo político que viria a tomar. No próprio dia 25 de Abril de 1974, é constituída uma Junta

---

<sup>21</sup> ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri, p. 73.

<sup>22</sup> CORREIA, Ramiro, et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, p. 18.

de Salvação Nacional, presidida pelo general António de Spínola. Ao contrário do esperado, esta primeira fase é marcada por greves nos diversos sectores, mas sem grandes mudanças a registar. A 16 de Maio de 1974, toma posse o I Governo Provisório, presidido por Adelino da Palma Carlos, no qual se encontram representadas diversas tendências políticas. Neste período, fica sobejamente conhecido o chamado golpe Palma Carlos, que tinha como objectivo a diluição do MFA nas estruturas tradicionais das forças militares, de forma a restabelecer as antigas hierarquias. Apesar disso, refere Maria Inácia Rezola, “o MFA não se extinguirá nem [se] diluirá noutras estruturas”<sup>23</sup>. Neste período é também constituído, a 8 de Julho, o Comando Operacional do Continente (COPCON), visando a defesa do programa do MFA. Uma vez fracassada a tentativa de dissolver o poder do MFA, e depois da demissão do primeiro-ministro, Spínola vê-se obrigado a dar posse ao II Governo Provisório, a 18 de Julho de 1974.

A composição deste governo, ao marcar a entrada em força do MFA em vários ministérios e de Vasco Gonçalves para Primeiro-ministro, vem coroar a evolução de um processo político em que o MFA ganhava mais força política em detrimento da facção spinolista e respectivos apoios. Como reacção, Spínola apela a uma grande mobilização nacional da “maioria silenciosa”<sup>24</sup>. No espectro desta crise política, e logo depois de se ver obrigado a reconhecer o direito à independência das colónias, Spínola ameaça com demissão. Confiante na manifestação marcada para o dia 28 de Setembro de 1974, Spínola entra em confronto, a 27 de Setembro, com a Comissão Coordenadora do MFA assim como com o Primeiro-ministro e com o Comandante-adjunto do COPCON, também Comandante da Região Militar de Lisboa, Otelo Saraiva de Carvalho.

De forma a impedir a realização desta manifestação, é posta em marcha, durante a noite do dia 27 de Setembro, uma intensa organização popular, com o apoio de diferentes forças democráticas. Grupos de vigilância popular e antifascista distribuem comunicados e apelam a população a sair à rua. Nas entradas e nas saídas dos grandes centros urbanos (especialmente em Lisboa), organizam-se barricadas que impedem a entrada de veículos. Devido ao fracasso desta mobilização, a 30 de Setembro de 1974, Spínola demite-se do cargo do cargo de

---

<sup>23</sup> REZOLA, Maria Inácia (2006), *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*, Lisboa, A Esfera do Livro, p. 76.

<sup>24</sup> REZOLA, Maria Inácia (2006), *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, Lisboa, Campo da Comunicação, p.106.

Presidente da República, sendo substituído por Francisco da Costa Gomes que dá posse ao III Governo Provisório, uma vez mais presidido por Vasco Gonçalves.

Estes acontecimentos dão início a uma segunda fase do processo revolucionário português, onde se iniciaria também um movimento de ocupação de terras, assim como o começo da Reforma Agrária. António José Telo olha para este momento como o início de uma “deriva comunista”<sup>25</sup>, num período que se caracterizou em termos económicos e sociais pela colectivização da sociedade portuguesa.

A conjuntura, marcada por uma correlação de forças favorável à esquerda política e militar, não impede, porém, a coexistência de forças antagónicas no interior das Forças Armadas. É neste âmbito que a 11 de Março de 1975 tem lugar uma nova tentativa contra-revolucionária. Em resumo, os acontecimentos deste dia são caracterizados por uma tentativa de golpe de Estado, empreendida a partir da base aérea de Tancos por um grupo de oficiais, encabeçados uma vez mais por Spínola. Do ponto de vista do processo de transição para a democracia em Portugal, o que mais interessa, contudo, são as consequências dessa tentativa de golpe. A 12 de Março, o Conselho dos Vinte foi renomeado como “Conselho da Revolução” e, herdando os poderes da Junta de Salvação Nacional, entretanto extinta, do Conselho de Estado e do Conselho dos Chefes de Estados-Maiores, assumiu a suprema autoridade do Estado.

Depois destes acontecimentos, inicia-se uma terceira fase do processo revolucionário, marcada pela tomada de diversas medidas políticas, como a nacionalização dos bancos e de companhias de seguros. Para além disso, toma posse, a 26 de Março, o IV Governo Provisório, novamente chefiado por Vasco Gonçalves, a menos de um mês das eleições para a Assembleia Constituinte, que se iriam realizar a 25 de Abril de 1975.

Nesta conjuntura, os partidos políticos esperam poder confirmar a sua implementação na sociedade portuguesa através das prometidas eleições. Neste âmbito é constituído um pacto constitucional entre o MFA e os diversos partidos políticos de forma a garantir a realização de eleições. As eleições para os 250 lugares da Assembleia Constituinte realizam-se no dia 25 de Abril de 1975 e os seus resultados viriam a influenciar decisivamente o futuro político do país, num momento que António José Telo descreve como “um golpe mortal no

---

<sup>25</sup> TELO, António José (2007), *História contemporânea de Portugal: Do 25 de Abril à actualidade*, vol. I, Barcarena, Editorial Presença, p. 191.

gonçalvismo”<sup>26</sup>. O grande vencedor foi o partido socialista que, obtendo 37,87% dos votos, fez eleger 116 deputados. Seguiu-se o PPD com 26,39% dos votos, o PCP com 12,46%, o CDS com 7,61%, o MDP com 4,14%. Os votos recebidos nas urnas corresponderam a 91,7% dos eleitores inscritos. Os votos em branco e nulos perfizeram 6,9% dos sufrágios, o que assumiu certa importância na medida em que tinha havido um apelo de alguns sectores militares para que o voto em branco significasse um voto no MFA<sup>27</sup>.

Inicia-se o chamado Verão Quente de 1975. O IV Governo Provisório perde o apoio do PS e do PPD, partidos que simultaneamente ajudam a esboçar um movimento de resistência civil e militar. Este período fica por isso marcado por alguma violência e pelo início dos polémicos casos laborais do jornal República e da Rádio Renascença. Em confronto com a via eleitoral, o MFA procura definir o rumo da revolução portuguesa através do chamado *Documento-Guia do Projecto Aliança Povo-MFA*, que visava a construção de uma sociedade socialista em Portugal.

No princípio de Agosto, em virtude de tanto o PS como o PPD terem saído do IV Governo Provisório, Vasco Gonçalves foi encarregado, por Costa Gomes, de formar uma nova equipa ministerial que tomou posse como V Governo Provisório, a 8 de Agosto. Porém, na mesma altura nove conselheiros da revolução, encabeçados por Melo Antunes, tornam público um manifesto intitulado “Documento dos Nove”, onde se denuncia “o desvirtuamento do programa do MFA, a progressiva decomposição das estruturas do Estado e a gravidade da situação nacional”, para propor uma “transição gradual operada pela implementação de via socialista assente na democracia política e numa ampla base social de apoio”<sup>28</sup>. O Grupo dos Nove ganha um rápido apoio, não só nos meios militares, mas também entre os dois principais partidos políticos, obrigando Vasco Gonçalves a demitir-se do cargo de Primeiro-ministro, o que marcaria o fim do V Governo Provisório, após 36 dias de existência.

Face a esta situação, Costa Gomes convida o vice-almirante José Pinheiro de Azevedo para formar um novo Governo, o VI Provisório, que toma posse a 19 de Setembro de 1975. Maria Inácia Rezola considera que este novo executivo exprime “a vitória da via eleitoral

---

<sup>26</sup> TELO, António José (2007), *História contemporânea de Portugal: Do 25 de Abril à actualidade*, vol. I, Barcarena, Editorial Presença, p. 130.

<sup>27</sup> REZOLA, Maria Inácia (2006), *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*, Lisboa, A Esfera do Livro, p. 161.

<sup>28</sup> REZOLA, Maria Inácia (2006), *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*, Lisboa, A Esfera do Livro, p. 182.

sobre a revolucionária, ou, pelo menos, o reconhecimento do peso da primeira”<sup>29</sup>. Neste contexto, as forças de extrema-esquerda perderam, gradualmente, posições no aparelho político e militar e as divergências político-ideológicas continuavam a acentuar-se.

Após algumas semanas de crise continuada, surge outro dos picos de tensão para o executivo de Pinheiro de Azevedo no dia 11 de Novembro, quando na sequência de uma greve nacional da construção civil um vasto número de manifestantes cerca a Assembleia Constituinte - em cujo edifício também se situava a sede do Governo - e impediu a saída de deputados e ministros. O cerco termina 48 horas depois com a intervenção de forças militares, seguindo-se a isso um ambiente de extrema instabilidade política e militar.

Finalmente, quando o receio de uma guerra civil se torna uma preocupação geral, as tensões explodem no dia 25 de Novembro, através da insurreição de um grupo paraquedistas e outras forças militares aliadas, supostamente, a grupos da extrema-esquerda. Esta acção militar foi, no entanto, subjugada por forças leais às autoridades instituídas e moderadas. Assim terminava o Verão Quente e, conseqüentemente, a terceira e última fase do PREC.

Como conseqüências imediatas a este acontecimento, o major Ramalho Eanes é nomeado chefe do Estado-Maior do Exército assumindo a coordenação das forças leais ao Presidente da República e ao Governo. Fica também patente a dissolução do COPCON e a suspensão de todas as assembleias e órgãos do MFA. No ano seguinte, a 2 de Abril de 1976 é aprovada uma nova Constituição portuguesa e realizadas as primeiras eleições legislativas, no dia 25 de Abril de 1976. Mais tarde, a 27 de Junho de 1976, nas eleições para a Presidência da República, Ramalho Eanes é eleito com 61,6% dos votos contra 16,5% do seu mais imediato contendor, Otelo Saraiva de Carvalho.

### **2.3. MFA e 5ª Divisão**

Na evolução do processo revolucionário português, foi se assistindo à reconfiguração das estruturas militares, que reflectiam o aparecimento de novas figuras no domínio político e militar. Em Junho de 1974, incorporada no MFA, surge então a denominada 5ª Divisão do Estado-maior General das Forças Armadas, numa iniciativa atribuída ao general Francisco da

---

<sup>29</sup> REZOLA, Maria Inácia (2006), *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*, Lisboa, A Esfera do Livro, p. 233.

Costa Gomes<sup>30</sup>. Esta divisão, instalada inicialmente no Palácio da Cova da Moura<sup>31</sup>, ficaria para sempre ligada ao sector das Forças Armadas mais à esquerda.

Historicamente, considera-se a 5ª Divisão como herdeira do SIPFA – Serviço de Informação Pública das Forças Armadas do Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN). O SIPFA baseava-se numa estrutura que tinha como finalidade informar o público nacional e internacional sobre a condução da guerra do ultramar, depois de 1961. Aquando do 25 de Abril, a Comissão Coordenadora do programa do MFA decidiu reestruturar o SIPFA, de forma a conseguir um órgão adaptado às novas missões, alterando a sua designação para CEIPFA – Centro de Esclarecimento e Informação Pública das Forças Armadas<sup>32</sup>.

A criação desta nova divisão sofreu, no entanto, vários impedimentos na sua entrada em funcionamento bem como na sua organização. Sobre este ponto, Maria Inácia Rezola refere, por exemplo, que “Spínola se opõe, terminantemente, à ideia [de criar uma 5.ª Divisão] mas não tem forças para a travar”<sup>33</sup>. Já Sónia Vespeira de Almeida refere que só houve materialização desta estrutura no pós-28 de Setembro<sup>34</sup>. Não obstante, a designação de Vasco Gonçalves para Primeiro-ministro, logo em Julho de 1974, abre portas à fundação deste sector do MFA.

Em termos genéricos, a 5ª Divisão ficaria na directa dependência do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), funcionando como um órgão de planeamento e coordenação das actividades a desenvolver, no cumprimento do Programa do MFA, competindo-lhe especificamente:

“a) Secretariar a Assembleia do MFA; b) Detectar desvios ao cumprimento do programa do MFA e propor medidas pertinentes para a correcção; c) Planear a acção cívica a

---

<sup>30</sup> RIBEIRO, Vasco (2014), “Os primeiros passos da comunicação política democrática em Portugal: A 5.ª Divisão do MFA como motor da propaganda revolucionária no PREC”, in *História*, Revista da FLUP Porto, IV Série, vol. 4, pp. 79-91, p. 81.

<sup>31</sup> Depois do 28 de Setembro, a estrutura transfere-se para o Palácio da Foz, em Lisboa.

<sup>32</sup> Estas informações baseiam-se na história administrativa da 5ª Divisão, tratada pelo Ministério da Defesa Nacional:  
(<https://www.defesa.pt/institucional/oministerio/Documents/ArquivoDefesaNacional/f6%20inventario%20emgfa%205div.pdf>).

<sup>33</sup> REZOLA, Maria Inácia (2006), *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*, Lisboa, A Esfera do Livro, p. 95.

<sup>34</sup> ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri, p.75.

desenvolver pelas Forças Armadas em apoio das tarefas de reconstrução nacional; d) Impulsionar o desenvolvimento e a aplicação dos conhecimentos de política e sociologia militar nos ramos das Forças Armadas; e) Desenvolver acções de carácter informativo a nível nacional, no sentido de esclarecer os militares e a população civil quanto ao cumprimento do programa do MFA com a finalidade de consolidar a compreensão e a mútua identificação entre o Povo e as Forças Armadas; f) Manter estreita ligação com a população civil a fim de desenvolver o interesse pela solução dos problemas nacionais; g) Promover a dinamização e o esclarecimento político dos militares e da população civil, com recurso à colaboração e apoio de organismos do estado e de associações culturais públicas ou privadas, sempre que necessários”<sup>35</sup>.

Através deste modelo de funcionamento, a 5ª Divisão encontrava-se então organizada de acordo com quatro comissões: “1) a Comissão Dinamizadora Central (CODICE), que era responsável pela realização de campanhas de dinamização cultural, sessões de esclarecimento, apoio artístico e técnico; 2) o Centro de Esclarecimento e Informação Pública (CEIP), que publicava o Boletim do MFA, emitia um programa de rádio, produzia conteúdos para televisão, rádio e imprensa e compunha músicas de cariz revolucionário; 3) o Centro de Sociologia Militar, que organizava cursos, estágios, colóquios e conferências e preparava actos celebrativos; e 4) o Centro de Relações Públicas”<sup>36</sup>.

Olhando para esta estrutura, Vasco Ribeiro sublinha que será, no entanto, “a CODICE a assumir-se como principal marca da 5ª Divisão”<sup>37</sup>, sendo até descrita por Vasco Lourenço como uma ideia extraordinária: “Lembro-me que, a certa altura a ideia de dinamização cultural é levada à Comissão Coordenadora pelo Ramiro Correia, que estava a chefiar a 5ª

---

<sup>35</sup> Estas informações baseiam-se na história administrativa da 5ª Divisão, tratada pelo Ministério da Defesa Nacional:

(<https://www.defesa.pt/institucional/oministerio/Documents/ArquivoDefesaNacional/f6%20inventario%20emgfa%205div.pdf>).

<sup>36</sup> RIBEIRO, Vasco (2014), “Os primeiros passos da comunicação política democrática em Portugal: A 5.ª Divisão do MFA como motor da propaganda revolucionária no PREC”, in *História*, Revista da FLUP Porto, IV Série, vol. 4, pp. 79-91, p. 83.

<sup>37</sup> RIBEIRO, Vasco (2014), “Os primeiros passos da comunicação política democrática em Portugal: A 5.ª Divisão do MFA como motor da propaganda revolucionária no PREC”, in *História*, Revista da FLUP Porto, IV Série, vol. 4, pp. 79-91, p. 83.

Divisão. E eu, achando a ideia extraordinária, a sua concepção, apoio-a e levo a Comissão Coordenadora a aprová-la”<sup>38</sup>.

A 5.<sup>a</sup> Divisão duraria 14 meses e, de entre as suas actividades, destacam-se “as mais de duas mil sessões de esclarecimento e educação realizadas por todo o país; programas de rádio diários (...); programas televisivos para a RTP; spots publicitários; publicação de um semanário – o Boletim do MFA – com 120 mil exemplares de tiragem e 25 números distribuídos; bandas desenhadas, desenhos e cartazes propagandísticos desenvolvidos por reconhecidos artistas (...); músicas (...); difusão de poemas da autoria de conceituados poetas e escritores; atendimento e resposta a todas as solicitações do MFA; envio de informação e organização de acções com as comunidades de emigrantes espalhadas pelo mundo; publicação do Programa do MFA em várias línguas; e dezenas de conferências, colóquios e seminários (...)”<sup>39</sup>.

Com o avançar do processo revolucionário e o crescente número de vozes críticas à actividade desenvolvida pela 5.<sup>a</sup> Divisão, o Presidente da República Costa Gomes acaba por assinar, por proposta do Conselho da Revolução, a 25 de Agosto de 1975, a “desactivação” desta estrutura. Sintomaticamente, a 30 de Agosto, termina o V Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves. Não entanto, a “liquidação administrativa da 5.<sup>a</sup> Divisão prologou-se até 25 de Novembro”<sup>40</sup>, já que a CODICE só recebeu ordem do EMGFA para suspender as suas actividades nesta data.

Em resumo, o fim da 5.<sup>a</sup> Divisão e conseqüente extinção da CODICE marcaria também o fim de protagonismo para o sector das Forças Armadas mais ligado a Vasco Gonçalves. Sobre este aspecto, Vasco Ribeiro refere mesmo que, embora esta divisão tenha “sido formalmente chefiada pelo coronel de cavalaria Robin de Andrade (de 7 de Outubro 1974 a 20 de Julho de 1975) e pelo 1.<sup>o</sup> tenente médico-naval Ramiro Correia (de 20 Julho de 1975 a 25 de Agosto de 1975), foi, em grande medida, dirigida por aquele que apontam como tendo sido o seu

---

<sup>38</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela (2009), *Vasco Lourenço. Do Interior da Revolução*, Lisboa, Âncora, p. 340.

<sup>39</sup> RIBEIRO, Vasco (2014), “Os primeiros passos da comunicação política democrática em Portugal: A 5.<sup>a</sup> Divisão do MFA como motor da propaganda revolucionária no PREC”, in *História*, Revista da FLUP Porto, IV Série, vol. 4, pp. 79-91, p. 87.

<sup>40</sup> *Livro Branco da 5.<sup>a</sup> Divisão 1974-1975* (1984), Lisboa, Livraria Ler Editora, p. 23.

primeiro líder: Vasco Gonçalves”<sup>41</sup>. Talvez por isso, a história desta divisão tenha permanecido tão ligada ao “crepúsculo político”<sup>42</sup> deste Primeiro-ministro.

---

<sup>41</sup> RIBEIRO, Vasco (2014), “Os primeiros passos da comunicação política democrática em Portugal: A 5.ª Divisão do MFA como motor da propaganda revolucionária no PREC”, in *História*, Revista da FLUP Porto, IV Série, vol. 4, pp. 79-91, p. 89.

<sup>42</sup> RIBEIRO, Vasco (2014), “Os primeiros passos da comunicação política democrática em Portugal: A 5.ª Divisão do MFA como motor da propaganda revolucionária no PREC”, in *História*, Revista da FLUP Porto, IV Série, vol. 4, pp. 79-91, p. 90.



### 3.1. As Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica como instrumento da mudança

Durante os meses que se seguiram após o 25 de Abril, não eram evidentes as preocupações da Junta de Salvação Nacional, presidida pelo General António de Spínola, relativas ao sector da cultura. Eduarda Dionísio refere mesmo que “a única referência que parece dizer respeito à cultura é a garantia de «liberdade de expressão e pensamento» dada ao País”<sup>43</sup>.

Em contraponto, surgem algumas das primeiras sugestões para uma nova política cultural, provenientes de assembleias sindicais (note-se por exemplo o caso do cinema<sup>44</sup>). Eduarda Dionísio sublinha ainda que numa «perspectiva mais antifascista do que anticapitalista, são sobretudo novas leis que os artistas e intelectuais exigem, com vista a uma organização (...) que dê meios a quem “faz” cultura, tornando-a simultaneamente “acessível” ao povo»<sup>45</sup>.

Os meses seguintes (até Agosto de 1974) ficam marcados por diversas greves no sector da cultura, ao mesmo tempo que começam a nascer novas iniciativas, menos dependentes da acção de intelectuais e artistas. De acordo com Eduarda Dionísio, neste período começa a ser ensaiada “uma cultura com os outros, que passa pela experiência dos espectáculos colectivos e participados, que insiste no combate ao elitismo e quer tornar possível e acessível às populações o fazer da arte.”<sup>46</sup>

É neste mesmo ponto que surgem, já em Outubro do mesmo ano, as chamadas Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA. Após os acontecimentos registados a 28 de Setembro e que marcaram o afastamento do general Spínola, Vasco Pinto Leite, nomeado à época como Director Geral da Cultura Popular e Espectáculos, anuncia o início deste projecto de intervenção territorial, que têm como principal objectivo o lançamento de pólos de

---

<sup>43</sup> DIONÍSIO, Eduarda (1996), “As práticas culturais”, in Reis (ed.), *Portugal, Vinte Anos de Democracia*, Lisboa, Temas e Debates, p. 446.

<sup>44</sup> *Cinéfilo*, Nº 33, 25/05/1974, pp. 9-11.

<sup>45</sup> DIONÍSIO, Eduarda (1996), “As práticas culturais”, in Reis (ed.), *Portugal, Vinte Anos de Democracia*, Lisboa, Temas e Debates, p. 447.

<sup>46</sup> DIONÍSIO, Eduarda (1996), “As práticas culturais”, in Reis (ed.), *Portugal, Vinte Anos de Democracia*, Lisboa, Temas e Debates, p. 449.

desenvolvimento cultural na província, de forma a colocar a cultura ao alcance de todas as populações.

Mais concretamente, o projecto tem como intuito “preencher o vazio cultural de informação existente em todo o país”<sup>47</sup>, sendo que isso obrigava o deslocamento de militares até às populações onde se pretendia intervir. De forma mais precisa, Manuel Begonha refere que as campanhas pretendiam “levar o teatro a todo o país, bem como o cinema, as artes plásticas, a dança e o canto, com técnicos que auxiliem a respectiva implantação”<sup>48</sup>.

Num país em “transe”<sup>49</sup>, as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA foram um dos movimentos em destaque, numa altura em que o país se tentava libertar de um passado ligado à ditadura, à guerra colonial e à falta de liberdades individuais e colectivas. Além disso, através deste projecto político-cultural, o MFA tentava reforçar a ligação afectiva com a população portuguesa.

Ao longo de um ano de intervenção cívica e cultural, as campanhas estenderam-se por boa parte do território nacional, transmitindo à população informações decorrentes do processo de transição em curso. Sumariamente, de acordo com Manuel Begonha, as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica dos MFA dividem-se em oito momentos<sup>50</sup>: “Operação Distrito da Guarda”, de 25 de Novembro a 7 de Dezembro de 1974; “Operação Nortada”, de 9 a 18 de Janeiro de 1975; “Operação Castelo Branco”, de 23 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 1975; “Operação Verdade” de 31 de Janeiro a 9 de Fevereiro de 1975; “Operação Atlântida”, de 1 a 20 de Março de 1975; “Beira Alta”, de 20 de Março a 3 de Abril de 1975; “Maio-Nordeste”, dividida em três fases temporais de Maio a Outubro de 1975; e “Trabalhar com o Povo, construir a Revolução” de 15 de Julho a 4 de Agosto de 1975”.

As últimas três operações acima referidas (“Beira Alta”, “Maio-Nordeste” e Trabalhar com o Povo, construir a Revolução”), segundo Manuel Begonha, situam-se numa segunda

---

<sup>47</sup> CORREIA, Ramiro, et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, p. 21.

<sup>48</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 41.

<sup>49</sup> FERREIRA, José Medeiros (1993) (eds.), *Portugal em Transe (1974-1985)*, vol. 8. in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 12.

<sup>50</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 60-76.

fase das campanhas, após o 11 de Março de 1975. Posteriormente, encontrava-se em preparação uma terceira fase do projecto que iria chegar ao Alentejo, algo que não chegaria a acontecer devido ao agravamento da situação portuguesa e conseqüente extinção da CODICE, após o 25 de Novembro de 1975.

### **3.1.1. CODICE e CODIRE's: a estrutura organizadora das Campanhas**

Apresentadas em conferência de imprensa, realizada a 25 de Outubro de 1974<sup>51</sup>, as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA obedeciam a uma estrutura organizadora, através da qual se orientavam as diversas acções de intervenção.

De forma introdutória, existem desde logo dois objectivos que regulam a missão geral das campanhas em curso:

“a) Coordenar e apoiar, imediatamente, todas as associações culturais do País, de modo a ser possível estabelecer uma rede cultural em todo o território, rede essa que será a base da futura vida cultural do povo português;

b) Actuar politicamente, com uma presença efectiva de militares junto da população, a qual permitirão esclarecimento das razões que levaram o País à situação lamentável em que o encontramos, com base no esclarecimento do Programa do MFA, e possibilitará a discussão das vias do futuro, criando condições para uma ampla participação do povo na vida nacional”<sup>52</sup>;

Com base nestas duas alíneas essenciais, a estrutura organizadora estabelecia ainda o objectivo fundamental de “Promover a dinamização cultural, nomeadamente o esclarecimento político da população, com a colaboração das associações culturais e o apoio dos organismos do Estado”<sup>53</sup>.

De acordo com estas premissas, é então constituída uma Comissão Dinamizadora Central (CODICE), que tinha como finalidade administrar e orientar as diversas acções em curso. Segundo Ramiro Correia, a CODICE teria a “finalidade de preencher o vácuo cultural e de

---

<sup>51</sup> *Movimento*, Nº 4, 12/11/1974, pp. 1-2.

<sup>52</sup> CORREIA, Ramiro, et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, p. 20.

<sup>53</sup> CORREIA, Ramiro, et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, p. 21.

informação política existente em todo o país, com maior incidência em certas zonas” e, considerando “que esta situação de subdesenvolvimento cultural [impedia] a necessária evolução do País nos caminhos da Democracia, do aumento da produtividade e da Justiça Social, [pretendia-se] uma acção definida e eficiente, cobrindo todo o País, baseada na colaboração (...) entre as FA, as associações culturais e os vários organismos de estado interessados no processo”<sup>54</sup>.

No seguimento desta estrutura base, é constituído um modelo descentralizado, onde se constituem, em cada região do país, Comissões Dinamizadoras Regionais (CODIRE's). Estas estruturas integravam três elementos das FA e representantes das diversas associações culturais e organismos do Estado “que actuarão nas áreas geográficas correspondentes às regiões militares definidas (Continente, Açores e Madeira)”. Por sua vez, são instituídas também comissões a nível distrital, sendo que em cada uma foram estabelecidas “sub-comissões a fim de ser possível uma descentralização cultural. Nestas últimas (...) deverão igualmente ter assento dois militares das unidades locais”. Em termos gerais, “a coordenação desta comissão segue a via Sub-Comissão – C. Distrital – C. Regional – C. Dinamizadora Central”<sup>55</sup><sup>56</sup>.

Obedecendo a esta estrutura principal, a CODICE definiu o seguinte modelo de actuação: “Como modo de actuação utilizar-se-á um filme, teatro, ou qualquer outro meio de animação cultural que motive a população, meios cujo levantamento, utilização e coordenação, serão efectuados pelas Comissões respectivas”<sup>57</sup>.

Neste contexto, o esclarecimento sobre os programas de dinamização cultural regia-se sob a orientação de cinco linhas mestras: a luta antifascista, o esclarecimento do Programa do MFA, o apoio às Forças Armadas, a isenção partidária e a promoção da inteligência política de actuação.

Acrescente-se ainda que a CODICE, segundo Sónia Vespeira de Almeida, “enquanto estrutura de coordenação nacional das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica

---

<sup>54</sup> CORREIA, Ramiro, et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, p. 21.

<sup>55</sup> CORREIA, Ramiro, et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, p. 22.

<sup>56</sup> Ver organigramas em anexo.

<sup>57</sup> CORREIA, Ramiro, et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, p. 22.

procurou uma articulação com o aparelho do Estado, com quem através da Direcção-Geral da Cultura Popular e dos Espectáculos, partilhou a coordenação inicial do *Programa de Dinamização Cultural*". Neste âmbito, a CODICE integrava uma componente militar e uma civil, que partilhavam a coordenação das campanhas.

## **3.2. Os militares fora dos quartéis**

### **3.2.1. Traçado das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA**

Das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA resultou um fenómeno de ida ao povo, caracterizado pela saída dos militares dos quartéis, em busca do Portugal mais periférico.

De acordo com Sónia Vespeira de Almeida, no itinerário destas campanhas, existem dois momentos fundamentais que ajudam a explicar a metodologia utilizada durante as intervenções: "O primeiro situa-se entre 25 de Outubro de 1974 e 14 de Julho de 1975. O segundo momento compreende o período de 15 de Julho de 1975 a 26 de Novembro de 1975". De forma estrutural, a estes momentos correspondem, na visão da autora, a "diferentes objectivos e formas de actuação que, por vezes, se anteciparam à oficialização das mudanças no seio da estrutura coordenadora". Assim, as duas fases definidas por Sónia Vespeira de Almeida são orientadas por dois documentos principais: o *Programa de Dinamização Cultural* e o texto *Acção Cívica: Passar das Palavras aos Actos*. Ambos marcam os modelos de actuação escolhidos.

Para além destas duas fases assumidas por Sónia Vespeira de Almeida, existem ainda autores que apontam para uma terceira fase das campanhas, mas em diferentes perspectivas. Luísa Tiago de Oliveira refere a existência de uma terceira fase, à "medida que a situação política se ia radicalizando"<sup>58</sup>, onde se incluí a campanha "Maio-Nordeste". A perspectiva desta autora corrobora a visão dos responsáveis das campanhas, que para esta última fase assumem a necessidade "de concretização" e de uma "descentralização de meios de apoio

---

<sup>58</sup> OLIVEIRA, Luísa Tiago (2004), *Estudantes e Povo na Revolução, O Serviço Cívico Estudantil (1974-1975)*, Oeiras, Celta, p. 120.

técnico, que permitisse que as iniciativas populares se desenvolvessem”<sup>59</sup>. Numa outra perspectiva e análise ao percurso das campanhas, Manuel Begonha fala de uma terceira fase, referindo-se à “preparação de uma grande campanha no Alentejo (...), que se destinava a garantir sementes e adubos às cooperativas, fornecer-lhes técnicos de contas, agrónomos e meios de engenharia civil para o levantamento de barragens de terra”<sup>60</sup>. Vasco Pinto Leite, no seu livro *O Corpo de Delito*, assume também a perspectiva de Manuel Begonha em relação a esta terceira fase das campanhas<sup>61</sup>. No caso desta dissertação iremos recorrer à perspectiva de Manuel Begonha, uma vez que a visão deste autor enuncia uma possível continuação das Campanhas de Dinamização Cultural no terreno, algo que não chega a acontecer devido à extinção da CODICE, em Novembro de 1975.

Resumindo, numa primeira fase, constata-se que as campanhas, para além do esclarecimento cívico, procuram também desenvolver o processo de descentralização cultural, proposto inicialmente. Na segunda fase, posta em prática após o 11 de Março de 1975, as campanhas focam as suas intervenções no esclarecimento cívico, com o objectivo de acelerar o processo de politização das populações. A terceira fase, que não se chega a realizar, anuncia uma proposta de intervenção mais orientada para os problemas existentes nas diversas localidades.

Na génese desta iniciativa, constata-se que o modelo descentralizado das campanhas se assemelha a um movimento do centro para a periferia. Isto é, na “ida ao povo”, as campanhas partilham do mesmo sentimento que certos autores dos séculos XIX tiveram em relação às tradições populares. Tal como advoga Peter Burke, os primeiros autores interessados na cultura popular, demonstraram esse mesmo interesse ao observar o crescimento dos grandes centros urbanos e o processo da Revolução Industrial<sup>62</sup>.

Ao obedecerem a esta lógica, as Campanhas de Dinamização e Acção Cívica do MFA assumiram a forma de uma revolução portátil, numa aproximação à “cultura do outro”. Ao percorrerem o Portugal rural, menos urbanizado, o projecto funcionou como tentativa de conhecer e transformar esse mundo da periferia, menos susceptível às transformações

---

<sup>59</sup> CORREIA, Ramiro, et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, p. 75.

<sup>60</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 62.

<sup>61</sup> LEITE, Vasco Pinto (2013), *O Corpo do Delito*, Lisboa, Lápis de Memória, p. 225.

<sup>62</sup> BURKE, Peter (1989), *Cultura Popular na Idade Moderna*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 16.

provocadas pela revolução de Abril. Disto resulta também o processo de adaptação das próprias campanhas às diversas conjunturas regionais. Note-se, por exemplo, que durante as intervenções foram geralmente escolhidos militares que estivessem destacados nas zonas por onde passavam.

Tal como fora acima referido, Manuel Begonha sinaliza oito momentos das campanhas, que podem ser organizados em três fases distintas. É a partir do faseamento deste autor que iremos agora falar do percurso realizado no âmbito das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA.

### **1ª Fase**

As sessões inaugurais das campanhas tiveram lugar no distrito de Lisboa, no Cacém e em Mafra<sup>63</sup>. A 10 de Novembro, as acções arrancam também no norte do país, com um conjunto de sessões em Valbom, concelho de Gondomar. A escolha, em termos territoriais, destes primeiros locais por onde passaram as Campanhas de Dinamização, justifica-se através de um conjunto de informações que incidia sobre os seguintes aspectos:

- “- Características das localidades (...);
- Meios disponíveis imediatamente;
- Recintos utilizáveis nas sessões de esclarecimento;
- Máquinas de projectar, filmes, meios de transporte, etc.;
- Grupos culturais ou recreativos dispostos a colaborar ou que haja interesse reactivar”<sup>64</sup>

Só a partir de Dezembro de 1974, é que as campanhas passam também a ser protagonizadas pela acção das Comissões Regionais e Distritais (CODIRE's e CODIDI's), responsáveis pelas sessões a realizar nas suas áreas de influência.

De acordo com Sónia Vespeira de Almeida, foi no distrito da Guarda que se realizou, de 25 de Novembro a 7 de Dezembro de 1974, a “primeira acção organizada em torno do modelo itinerante”, tendo sido considerada como experiência piloto das Campanhas de

---

<sup>63</sup> *Movimento* Nº 5, 26/10/1974, p. 6.

<sup>64</sup> *Livro Branco da 5.ª Divisão 1974-1975* (1984), Lisboa, Livraria Ler Editora, p. 106.

Dinamização Cultural. O interesse pelas populações do distrito da Guarda é justificado por Ramiro Correia à RTP, como sendo originado pela falta de qualquer esclarecimento político<sup>65</sup>.

Em Janeiro de 1975, as Campanhas de Dinamização seguem para a região de Trás-os-Montes, numa campanha que ficou conhecida com “Operação Nortada”. A escolha do destino desta operação de grande aparato militar, que incluiu chaimites, avião e helicópteros, foi justificada pelos responsáveis devido a razões operacionais e de forma a confrontar o material e pessoal com as condições adversas da região, quer em termos de relevo acidentado, quer em termos meteorológicos, devido às baixas temperaturas que se fazem sentir no período de Inverno<sup>66</sup>.

Em relação à “Operação Nortada”, Manuel Begonha refere que a mesma teve grande importância para as Campanhas de Dinamização Cultural como experiência piloto. “No que se refere à Dinamização Cultural, provou-se que, embora com aspectos positivos, a simples passagem de um meio de animação como o teatro ou o cinema, mesmo em povoações que raramente tiveram essa oportunidade, pouco vai deixar capaz de fazer despertar o interesse para a criação de actividades locais. No entanto, em representações de peças de teatro a que se seguiu diálogo com assistência, este resultava normalmente em debates muito ricos e esclarecedores”<sup>67</sup>.

Manuel Begonha destaca ainda o contributo dos militares ao trazerem uma nova dinâmica para esta região do país, que de outra forma, ficaria exposta à “consequente recuperação pelas forças reaccionárias”<sup>68</sup>. Sónia Vespeira de Almeida refere sobre este ponto, que a “Operação Nortada” ficaria também marcada por ter aberto um ponto de ruptura entre os coordenadores da dinamização e os membros da igreja, que se ancoraram num discurso regionalista e anticomunista<sup>69</sup>. Esta fase das Campanhas de Dinamização Cultural contou com a participação do grupo de teatro a Comuna e o grupo La Cuadra.

---

<sup>65</sup> ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri, p. 160.

<sup>66</sup> CORREIA, Ramiro, et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, p. 52.

<sup>67</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 62.

<sup>68</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 62.

<sup>69</sup> ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri, p. 168.

Ao terem de enfrentar plateias muito heterogéneas, foi também notória a dificuldade dos homens do MFA em responderem a questões políticas delicadas, problema mais tarde reconhecido pela própria CODICE. “A linguagem utilizada durante esta campanha não foi, por vezes, a mais correcta. Uma população com dezenas de anos de falta de prática política ficou por vezes com uma ideia pouco clara do que pretendiam os militares”<sup>70</sup>.

Sónia Vespeira de Almeida reconhece, no entanto, que nos “quinze dias em que a “Nortada” percorreu as zonas de Trás-os-Montes e Beira Alta, os seus protagonistas, foram hábeis na construção e divulgação de uma paisagem discursiva sobre o mundo rural português, caracterizável pela sua ambiguidade, procurando legitimar a estratégia delineada pelo MFA para estas zonas do país”<sup>71</sup>.

Ainda no mês de Janeiro, as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA continuaram no distrito de Castelo Branco e na zona do Alto Minho, esta última apelidada “Operação Verdade. “Ambas as operações, apesar de obedecerem ao mesmo esquema organizativo das anteriores, estabeleceram como móbil principal a caracterização e o levantamento das carências das populações, procurando responder de forma imediata a questões que não necessitavam de uma grande mobilização de meios”<sup>72</sup>.

A campanha de Castelo Branco contou com diferentes contribuições do sector cultural, das quais se destacam, para além do grupo La Cuadra, Os Bonecreiros e o Teatro Português de Paris. Integrado nesta acção esteve também o grupo musical Alerta Está, dirigido pelo maestro Sílvio Pleno.

Por sua vez, a “Operação Verdade”, na zona do Alto Minho, contou com a participação de um grupo de palhaços, da Banda da Força Aérea, do conjunto Boinas Verdes e do rancho regional de Merufe, tendo sido realizadas diversas sessões de cinema. Após ter apresentado a *Ceia II* nas campanhas precedentes, a Comuna leva ao Minho a peça *Era Uma Vez*, adaptada de uma obra de Alfredo Nery Paiva. Tal como em Castelo Branco, o objectivo

---

<sup>70</sup> CORREIA, Ramiro, et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, p. 44.

<sup>71</sup> ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri, p. 172.

<sup>72</sup> ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri, p. 172.

capital desta campanha prende-se com a circunscrição dos problemas existentes e carências da região.

Durante o mês de Fevereiro, as Campanhas de Dinamização Cultural continuam a promover sessões noutras zonas do país. Entre o dia 13 e o dia 23 de Fevereiro de 1975, o Minho é palco de uma acção do MFA, desta vez denominada de “Operação Alvorada”, que interveio nos concelhos de Ponte de Lima, Caminha, Vila Nova de Cerdeira e Paredes de Coura. Simultaneamente, é lançada uma campanha nos concelhos de Tavira, Castro Marim e Alcoutim, intitulada “Operação Povo Culto”. Esta é também a primeira campanha registada no sul do país. Sónia Vespeira de Almeida sublinha no entanto, que tanto a “Operação Povo Culto” como a “Operação Alvorada” não estão referenciadas nas principais fontes desta experiência<sup>73</sup>.

A 1 de Março de 1975 arranca oficialmente a “Acção Atlântida” numa acção do MFA ao arquipélago dos Açores, que contou com a presença de elementos da Comissão Interministerial para a Animação Sócio-Cultural (CIASC). No âmbito da dinamização cultural estava prevista a participação de Os Bonecreiros, do Teatro Português de Paris, do grupo As Marionetes de S. Lourenço e o Diabo, de uma dupla de palhaços, do Grupo Cultural da Fragata Almirante Magalhães Corrêa e da orquestra militar Alerta Está. O planeamento desta campanha no arquipélago dos Açores baseia-se numa viagem preparatória realizada em Novembro de 1974, tendo sido justificada por razões de ordem psicológica<sup>74</sup>. Porém, esta campanha seria interrompida devido ao 11 de Março de 1975, acontecimento que iria impactar e transformar o modelo itinerante das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA.

A última campanha a ser realizada, de acordo com o modelo itinerante, foi a “Operação Cávado”, que se propôs a correr o concelho de Barcelos entre os dias 10 e 16 de Março. Simultaneamente, começava por esta altura um debate em torno do novo modelo de

---

<sup>73</sup> ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri, p. 182.

<sup>74</sup> “Diário de viagem da equipa do CIASC que acompanhou a 1ª fase da «Acção Atlântida»”, (Centro de Documentação 25 de Abril/ Caixa CIASC Regiões – Ilhas, Açores).

actuação<sup>75</sup>. Em jeito de balanço, os principais coordenadores das Campanhas de Dinamização Cultural referem:

“Ao analisarmos os resultados destas Campanhas ressalta imediatamente que o fascismo deixara em algumas marca muito mais profundas do que supúnhamos (...). Se quisermos agora enveredar agora por uma espécie de balanço ao trabalho efectuado não podemos deixar de referir como muito positivo o contacto conseguido entre as Forças Armadas e o Povo; o esforço desenvolvido para uma abertura política; a tomada de consciência colectiva do país real (...) Como alguns pontos negativos devemos salientar alguns erros cometidos: assim ao usarmos uma linguagem que denote interpretação, imaturidade política, pouca inteligência na compreensão dos problemas locais, podemos criar um estado de agitação (...); as assistências normalmente muito numerosas dificultam a comunicação de meios de animação como o teatro, a realização de sessões que por não terem continuidade, permitem uma rápida recuperação daqueles que não estão interessados na modificação do estado que, a expectativa criada em torno dos compromissos assumidos verbalmente e que não sejam satisfeitos num prazo razoável e finalmente erros cometidos por má avaliação de condicionalismos locais”<sup>76</sup>.

Também Manuel Begonha, ao reconhecer uma certa impreparação dos militares, aspecto notório nas campanhas precedentes, sublinha que o “novo tempo tornou difícil para os militares manterem-se no terreno, apenas com acções verbais e pouca capacidade de corresponder aos anseios de concretização material das populações. “Tornava-se, pois imperioso arrancar com acções práticas, recorrendo ao enorme potencial técnico das Forças Armadas (...), arrastando ainda a pesada máquina do Estado, através das necessidades que iam sendo criadas”<sup>77</sup>. Partia-se, desta forma, para a 2ª fase das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA.

---

<sup>75</sup> CORREIA, Ramiro, et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, p. 44.

<sup>76</sup> CORREIA, Ramiro, et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, pp. 56-58.

<sup>77</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 66.

## 2ª Fase

Foi no distrito de Viseu, que teve início a 18 de Março de 1975, a chamada “Operação Beira Alta”, que iria testar o novo modelo de actuação, norteadada pelo documento *Acção Cívica*. Segundo Sónia Vespeira de Almeida, esta campanha desenvolve-se em duas fases: “A primeira que se prolonga até ao dia 3 de Abril, é pautada por um intenso trabalho na área da saúde, de levantamento das necessidades locais e de esclarecimento sobre o acto eleitoral que viria a decorrer a 25 de Abril de 1975”<sup>78</sup>. Nesta fase acentuam-se também as críticas das Campanhas de Dinamização Cultural aos caciques e às igrejas locais, que promoviam um discurso de retórica anticomunista, com o objectivo de dificultar a acção dos militares.

A pintura mural realizada no edifício da Caixa Geral de Depósitos na cidade de Viseu marca o começo da 2ª fase da campanha. Esta iniciativa contou com a participação do Grupo de Teatro de Campolide que representou a peça *Fulgor e Morte de Joaquim Murieta*, da autoria de Pablo Neruda, e que segundo o Boletim *Movimento*, foi “observada e vivida em profundo silêncio e com uma atenção desmedida”<sup>79</sup> pelos espectadores.

Os trabalhos desta fase organizam-se, de acordo em três “experiências-piloto” realizadas em Castro Daire e Vila Nova de Paiva, Sernancelhe e Penedono e em São Pedro do Sul<sup>80</sup>. A escolha destes concelhos justifica-se pela opção de dar prioridade às populações rurais mais carenciadas e de ajudar a construir uma base social de apoio aos designados partidos progressistas, num distrito considerado avesso ao projecto político do MFA.

A campanha realizada em Castro Daire e Vila Nova de Paiva, descrita como “Uma acção sócio-cultural”, foi a que mais tempo permaneceu no terreno e a mais abrangente nos sectores em que interveio. As restantes sessões, realizadas nos concelhos de São Pedro do Sul, Sernancelhe e Penedono centraram-se mais na área da saúde. Importa sublinhar que esta campanha se distinguiu pelo trabalho das equipas veterinárias militares no combate à brucelose e à tuberculose bovina<sup>81</sup>.

Com o lema “Trabalhar com o Povo – Construir a Revolução”, arrancou a 17 de Maio de 1975, em Bragança, a campanha “Maio-Nordeste”. De acordo com a CODICE, este

---

<sup>78</sup> ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri, pp. 187-188.

<sup>79</sup> *Movimento*, Nº 18, 20/05/1975, p. 4.

<sup>80</sup> *Livro Branco da 5.ª Divisão 1974-1975* (1984), Lisboa, Livraria Ler Editora, p. 126.

<sup>81</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 68.

distrito revestia-se de características que justificam o regresso das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA a Trás-os-Montes. A primeira, de ordem estratégica, justificava-se pela grande extensão de fronteira com Espanha, local de refúgio de alguns elementos do Exército de Libertação de Portugal (ELP) e do Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP). A segunda respondia às orientações da CODIDI de Bragança, que sublinhavam a necessidade de apoio aquela região, especificamente junto dos pequenos e médios agricultores<sup>82</sup>.

Centrada na cidade de Bragança, a campanha é considerada como “totalmente diferente das anteriores”<sup>83</sup>, uma vez que o seu modo de actuação é preparado com exactidão<sup>84</sup>. O balanço das primeiras sessões é efectuado em plenário geral, realizada a 3 de Junho de 1975, onde as diferentes equipas destacam “o melhor acolhimento por parte das populações das aldeias, ao contrário das cidades e de outros centros mais povoados. Num momento iniciais são diagnosticadas as principais necessidades que gravitam em torno das acessibilidades, abastecimento de água, assistência médica e na falta de esclarecimento em torno das políticas para o sector agrícola. Num segundo momento, “as equipas são instaladas nas periferias, e procuram incentivar a criação de estruturas de poder popular (comissões de moradores e aldeia)”<sup>85</sup>. Sónia Vespeira de Almeida acrescenta ainda que a campanha “Maio-Nordeste” adquire alguma especificidade, devido à importância dada ao sector agrícola, na qual, em colaboração com o Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (SADA) “procurou aplicar medidas da Reforma Agrária”<sup>86</sup>.

Por outro lado, Manuel Begonha salienta ainda a incursão de técnicos especialistas na área do desporto, que participam pela primeira vez nas Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA. O mesmo autor refere ainda que na campanha “Maio-Nordeste”

---

<sup>82</sup> CORREIA, Ramiro, et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, pp. 147.

<sup>83</sup> *Movimento*, Nº 24, 25/07/1975, p. 10.

<sup>84</sup> *Movimento*, Nº 18, 20/05/1975, p. 6.

<sup>85</sup> ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri, p. 207.

<sup>86</sup> ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri, p. 210.

participam músicos militares, bandas da região e ainda José Afonso, Francisco Fanhais e o cineasta Luís Filipe Rocha<sup>87</sup>.

A campanha “Maio-Nordeste” seria suspensa a 8 de Outubro pelo Chefe de Estado-Maior, General Costa Gomes. Para a equipa militar destacada para esta experiência, o fim das actividades implicou “a destruição de toda a organização popular”, pelo que o programa do MFA não seria “levado à prática”<sup>88</sup>.

Por fim, as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA regressariam às regiões já antes visitadas de Castelo Branco e Guarda. Segundo Sónia Vespeira de Almeida, a grande diferença desta acção relativamente aquelas que a antecedem reside na participação de trabalhadores de diferentes empresas e sectores da sociedade civil oriundos da zona de Lisboa, visando resolver a contradição cidade-campo.

Esta campanha, intitulada “Trabalhar com o Povo, construir a Revolução”, decorre entre Julho e Agosto de 1975. Por essa altura, refere Manuel Begonha, subia o tom de contestação à 5ª Divisão, em linha com o fim do V Governo Provisório, o último liderado por Vasco Gonçalves.

Finalmente, no traçado itinerante das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, destaca-se ainda a realização de algumas sessões no estrangeiro, junto das comunidades portuguesas. “Para os responsáveis da CODICE, o grande objectivo destas acções repousava no desfazer da imagem retorcida que os emigrantes tinham de Portugal e do processo revolucionário”<sup>89</sup>.

### **3ª Fase**

Tal referido no princípio deste capítulo, segundo diversos autores, no traçado itinerante das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA existe ainda uma terceira fase que afirmava a “necessidade de uma descentralização dos meios de apoio

---

<sup>87</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 71.

<sup>88</sup> CORREIA, Ramiro, et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, p. 186.

<sup>89</sup> ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri, p. 219.

técnico, que permitisse que as iniciativas populares se desenvolvessem”<sup>90</sup>. Na perspectiva de Manuel Begonha, esta fase diz respeito à realização de uma “grande campanha” que iria ter lugar no Alentejo. No entanto, em virtude da extinção da CODICE aquando do 25 de Novembro, esta acabou por não se realizar.

Relativamente ao tipo de intervenção planeada para aquela que seria a 9ª campanha de dinamização cultural, tanto Manuel Begonha como Luísa Tiago de Oliveira recorrem às directivas nº2/75, que surgem a 15 de Julho de 1975. Neste documento eram apresentadas algumas inovações, “considerando (...) que as anteriores directivas, no essencial, se [mantinham] válidas, devendo os novos pontos (...) ser interpretados como complementares e actualizadores”<sup>91</sup>:

“No âmbito da missão a desenvolver, consideram-se como objectivos fundamentais os seguintes: 1) Dinamização cultural e esclarecimento político, dentro da opção socialista definida. 2) Apoio e dinamização das associações populares unitárias. 3) Apoio e divulgação das directivas, reformas ou projectos, dos organismos do Estado, que numa perspectiva de interesse nacional, tenham reflexos no desenvolvimento regional. 4) Colaboração com os representantes de vários organismos do Estado, de modo a que junto às Comissões Dinamizadoras se constituam os pólos de uma estrutura regional com progressiva autonomia”.

Mais adiante, nesta directiva esclarecia-se qual o papel da dinamização cultural perante as associações populares unitárias: “O apoio e dinamização das associações populares unitárias deverá ser feito de acordo com o que se indica abaixo, frisando-se contudo que será necessário não impor esquemas mas actuar com a elasticidade suficiente para não colidir com a iniciativa popular. a) Fomentar e dinamizar todo o tipo de associação popular que permita a construção do socialismo e compreensão colectiva do processo revolucionário tais como comissões de moradores, de bairro, de aldeia, ou trabalhadores. b) Incrementar a reunião de Assembleias populares, que interessem os habitantes na resolução dos problemas locais, discussão da formação de Sindicatos e Ligas de pequenos e médios agricultores. c) Fomentar iniciativas para melhor integração de sectores específicos (...). d) A ligação ao Movimento

---

<sup>90</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 73.

<sup>91</sup> “Directiva Nº 2/75 Acção Cívica das Forças Armadas Campanha de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico”, documento assinado por Ramiro Pedrosa Correia e Manuel Bacelar Begonha, datado de 15 de Julho de 1975 (ADN/F6/SR. 12/Cx31/V9).

das Forças Armadas das organizações populares unitárias deverá ser feita de acordo com o projecto aprovado em Assembleia do Movimento das Forças Armadas”<sup>92</sup>.

Sobre esta última fase das campanhas, Manuel Begonha refere ainda que a “intensa luta política que se viveu neste período já não permitiu que se fizessem progressos relevantes relativamente aos objectivos propostos”<sup>93</sup>. O mesmo autor sublinha, no entanto, que a “22 de Novembro de 1975, foi apresentada uma Proposta de Acção Militar que se pretendia converter na Directiva N° 3”. Neste documento, que não teve efeitos causais no decorrer das campanhas, poder ler-se que para a continuação de um programa de dinamização cultural era “fundamental tornar operativas e reais as estruturas de ligação Povo-MFA”. Só desta forma é que as “Unidades Militares da Acção Cívica poderão vir a ser elemento decisivo nesta fase da Revolução (...)”<sup>94</sup>.

### **3.2.2. Objectivos culturais e esclarecimento cívico**

As Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MF prolongaram-se ao longo de vários meses e “os seus objectivos foram sendo equacionados de forma diversa”<sup>95</sup> à medida que iam decorrendo.

Tendo em conta o seu traçado, é possível então falar dos objectivos que foram sendo esquematizados, de acordo com outras três fases das campanhas, condensadas por Luísa Tiago de Oliveira. De acordo com a mesma autora, os objectivos da primeira fase “consistiram fundamentalmente em dinamização cultural e esclarecimento cívico”. Por sua vez, a segunda fase das campanhas centra os seus objectivos na «acção cívica, vertente esta que foi reforçada na terceira fase, consubstanciando-se no apoio às “organizações unitárias de

---

<sup>92</sup> “Directiva N° 2/75 Acção Cívica das Forças Armadas Campanha de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico”, documento assinado por Ramiro Pedrosa Correia e Manuel Bacelar Begonha, datado de 15 de Julho de 1975 (ADN/F6/SR. 12/Cx31/V9).

<sup>93</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 74.

<sup>94</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 110.

<sup>95</sup> OLIVEIRA, Luísa Tiago (2004), *Estudantes e Povo na Revolução, O Serviço Cívico Estudantil (1974-1975)*, Oeiras, Celta, p. 119.

base”»<sup>96</sup>, entendidas pelos promotores das campanhas como “os alicerces de um poder novo – o poder popular”<sup>97</sup>.

Partindo destas premissas é então possível evidenciar três dimensões fundamentais de objectivos que se destacam no planeamento das campanhas. Por um lado, estas acções visavam o desenvolvimento e activação de centros de cultura locais e regionais. Num segundo aspecto, esta iniciativa tinha como objectivo promover a politização das populações menos preparadas para o novo panorama político português. Finalmente, num terceiro ponto, as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA pretendiam dar ferramentas às populações que permitissem o estabelecimento de um novo movimento de base e poder popular.

Sobre este último objectivo, é possível concluir que as Campanhas de Dinamização ambicionavam que a população portuguesa tivesse um papel mais activo durante o processo revolucionário em curso. Para isso, era necessário promover a politização do povo, assim como a ligação ao Movimento das Forças Armadas.

### **3.2.3. Uma revolução cultural?**

Na conjuntura revolucionária, a imagem de um país conservador e estagnado no tempo dá lugar à ideia de uma “Nação em movimento”<sup>98</sup>, onde o “povo” passa a assumir um carácter estruturante do novo paradigma político. Simbolicamente, estamos perante um período de profunda transformação naquilo que alguns autores designam como a génese identitária de um país.

Medeiros Ferreira, por exemplo, sublinha que no período imediato pós-25 de Abril, se alterou substancialmente os valores em torno da identidade portuguesa. “Estes valores (...) reconverteram-se na «descolonização exemplar», na mitificação da classe operária, no apelo às classes trabalhadoras e na noção de internacionalismo proletário retirada do léxico

---

<sup>96</sup> OLIVEIRA, Luísa Tiago (2004), *Estudantes e Povo na Revolução, O Serviço Cívico Estudantil (1974-1975)*, Oeiras, Celta, pp. 121-122.

<sup>97</sup> *Movimento* Nº 24, 25/07/1975, p. 1.

<sup>98</sup> PIRES, José Cardoso (1999), *E Agora, José?*, Lisboa, Dom Quixote, p. 225.

marxista-leninista. Período breve, que teve o seu tempo mas depressa se alterou, a partir de 1976, com o constitucionalismo democrático”<sup>99</sup>.

Para trás, ficava a herança de um regime ditatorial, cuja matriz cultural e ideológica assentava numa ideia conservadora de portugalidade, expansão ultramarina, família e religião católica.

Nos meses que se seguiram ao 25 de Abril, o país viveu um estado de êxtase, de forte agitação social, e onde algumas facções defendiam a necessidade de se colocar em marcha uma «revolução cultural». Tendo por base um documento intitulado “Linhas Ideológicas e Perspectivas de Actuação”, encontrado no arquivo do Ministério da Defesa Nacional, o autor César Oliveira resume melhor esta ideia:

“Não me parece que depois do 25 de Abril se tenham criado condições que levem às transformações radicais das mentalidades colectivas de modo a serem suportadas facilmente e até com entusiasmo, com verdadeiro espírito militante e, espírito colectivo e revolucionário, os sacrifícios nesta fase de transição ao socialismo. É por isso que é necessária uma revolução cultural”<sup>100</sup>.

A visão aqui apresentada corrobora a ideia de uma transição para um regime de tipo socialista, algo igualmente presente no léxico dos quatro governos provisórios, liderados por Vasco Gonçalves.

César Oliveira refere ainda que a revolução devia anular a contradição entre a vida urbana e rural em Portugal. No mesmo documento existe mesmo uma proposta de intervenção que ajudasse a resolver a contradição «cidade – campo». Note-se, que mesmo nas Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA este é um ponto que assume especial relevância.

“Constituindo a população do interior de Portugal a classe mais desfavorecida da população portuguesa, é nela que, prioritariamente, pensa o PROGRAMA DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS. (...) é na resolução desta contradição que

---

<sup>99</sup> FERREIRA, José Medeiros (1993) (eds.), “Portugal em Transe (1974-1985)”, vol. 8. in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 172.

<sup>100</sup> “Linhas Ideológicas e Perspectivas de Actuação”, documento assinado por César Oliveira, sem data, sem local (ADN/F6/SR. 13/Cx38/V38).

devem fixar-se imediatamente os responsáveis. Se assim não for, (...) corre-se o risco de aprofundar o fosso entre o Portugal-litoral e o Portugal-interior”<sup>101</sup>.

Se esse divisionismo não fosse combatido, refere o documento, correr-se-ia o risco de fazer voltar atrás o processo revolucionário em curso e, em consequência, o avanço da revolução cultural.

No universo simbólico e estratégico das Campanhas de Dinamização Cultural este enfoque acentua-se, uma vez que o povo rural e mais periférico era o principal alvo das intervenções realizadas. Desta forma, a necessidade de dinamização cultural nas populações mais expostas ao “caciquismo” e às forças reaccionárias, era um dos pontos mais sensíveis para o avanço de uma transição à democracia.

No I Congresso dos Escritores Portugueses, realizado em Maio de 1975, o então Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, falaria precisamente na revolução cultural de que o país necessitava, apelando à participação dos intelectuais portugueses no novo panorama político e social do país:

“Tem-se falado da Revolução Cultural e nós, precisamos de uma revolução cultural. Mas revolução cultural não é meter ideias à força na cabeça das pessoas (...). A experiência deste século tem demonstrado que isto não é possível (...). Isto significa também uma grande firmeza, uma grande consciência dos objectivos a atingir, paciência, segurança e perseverança (...). A cultura tem, de facto, um grande papel nas transformações sociais. E penso que há uma interacção evidentemente, entre o trabalho e, digamos, a cultura. A cultura não deve andar a reboque. Se nós formos lúcidos, devemos procurar andar à frente. Também não podemos andar demasiado à frente, para que o povo não nos volte as costas. O papel dos intelectuais é um papel de pioneiro, é um papel de vanguarda. A revolução portuguesa não se pode fazer sem a vossa colaboração. Não tenho qualquer dúvida sobre isso”<sup>102</sup>.

---

<sup>101</sup> “Linhas Ideológicas e Perspectivas de Actuação”, documento assinado por César Oliveira, sem data, sem local (ADN/F6/SR. 13/Cx38/V38).

<sup>102</sup> GONÇALVES, Vasco (1977), *Discursos, conferências de imprensa, entrevistas*, Lisboa, Seara Nova, p. 209.



## CAPÍTULO IV - A CULTURA AO SERVIÇO DA REVOLUÇÃO

### 4.1. A construção de uma nova cultura em Portugal

O contexto de mudança possibilitado pelos acontecimentos do dia 25 de Abril de 1974 marca o início de uma fase particularmente “propícia à multiplicação de novas representações da cultura”<sup>103</sup>, com enfoque para o papel decisivo dos produtores culturais. Nas palavras de João Madeira, “a ruptura operada (...) e, principalmente, a imediata adesão popular ao movimento que derrubava a ditadura chamavam à rua (...) escritores, artistas e intelectuais”<sup>104</sup>, incentivados a participar activamente na transformação que se antevia para o país.

Logo nos primeiros dias após a revolução, marcados pelo espanto e entusiasmo de todos, “meia centena de profissionais do cinema, organizados como Comissão de Profissionais de Cinema Antifascistas, ocupam a Direcção-Geral de Espectáculos, reclamando o fim da censura e a criação de um sindicato livre”<sup>105</sup>. Do mesmo modo, no 1º de Maio, a Associação Portuguesa de Escritores (APE) participa na manifestação dos trabalhadores, proclamando um slogan assertivo - «Escrever é lutar» - através do qual procura desenvolver o início de uma representatividade exclusiva junto das Forças Armadas<sup>106</sup>. Desta forma, a APE poderia aproximar-se do poder político, com o objectivo final de integrar os escritores no projecto revolucionário que estava em curso na sociedade portuguesa.

No campo musical, realiza-se a 6 de Maio de 1974, no Palácio de Cristal, no Porto, o I Encontro Livre da Canção Portuguesa. Neste espectáculo é lido o comunicado-manifesto do recém-criado Colectivo de Acção Cultural (CAC), assinado por Adriano Correia de Oliveira, Fausto Bordalo Dias, Francisco Fanhais, Francisco Gago da Silva, Isabel Branco, José Afonso, José Jorge Letria, José Mário Branco, José Maria Correia, Júlio Pereira, Luís Cília,

---

<sup>103</sup> RIBEIRO, António Sousa (1995), “Configurações do Campo Intelectual Português no Pós-25 de Abril: O Campo Literário”, in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, pp.481-512, p. 483.

<sup>104</sup> MADEIRA, João (2017), “Os escritores comunistas e a Revolução do 25 de Abril” in *Miscelânea: Revista de Literatura e Vida Social*, 15, pp. 25-43, p. 29.

<sup>105</sup> MADEIRA, João (2017), “Os escritores comunistas e a Revolução do 25 de Abril” in *Miscelânea: Revista de Literatura e Vida Social*, 15, pp. 25-43, p. 29.

<sup>106</sup> RIBEIRO, António Sousa (1995), “Configurações do Campo Intelectual Português no Pós-25 de Abril: O Campo Literário”, in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, pp.481-512, p. 489.

Luís Cortesão, Manuel Alegre, Manuel Freire e Vitorino. O documento almejava o fim da guerra colonial, saudava o Movimento das Forças Armadas e apelava a todos trabalhadores culturais para que estes colocassem a sua actividade artística ao serviço do movimento democrático e popular<sup>107</sup>. Após alguns diferendos ideológicos, surge no mesmo ano um novo grupo, herdeiro do CAC, designado Grupo de Acção Cultural - Vozes na Luta (GAC), impulsionado por José Mário Branco, com objectivos semelhantes ao CAC, mas constituído essencialmente por cantores ligados a sectores ideológicos afectos à União Democrática Popular (UDP).

No campo das artes plásticas, Isabel Nogueira destaca a organização de acções colectivas, realizadas numa “busca de total liberdade de intervenção e criação”, a cargo de dois importantes agrupamentos de artistas. Primeiro, o “Grupo Acre” (“Uma arte para toda a gente”) constituído pelos artistas Clara Menéres, Lima de Carvalho e Alfredo Queiroz Ribeiro; segundo, o “Grupo Puzzle” (“Contracorrente”), composto inicialmente por Albuquerque Mendes, Armando Azevedo, Carlos Carreiro, Dario Alves, Graça Morais, Jaime Silva, João Dixo, Pedro Rocha e, pouco tempo depois, por Fernando Pinto Coelho e Gerardo Burmester. “A seu modo, ambos os agrupamentos se assumiram como portadores de uma linguagem plástico-performativa inovadora no contexto português de vertente conceptualista, social e artisticamente interventiva”<sup>108</sup>.

Em Setembro de 1975, destaque ainda para a criação do Movimento Unitário dos Trabalhadores Intelectuais (MUTI). De acordo com António Sousa Ribeiro, este agrupamento composto por intelectuais dos diversos quadrantes “comprometidos activamente no processo revolucionário”, viria a recolher “centenas de adesões e a conquistar uma implantação bastante forte”. O grupo assumia a intenção de destruir as barreiras existentes entre os intelectuais e as diversas classes de trabalhadores.

Olhando para o 25 de Abril de 1974 como um evento inesperado e surpreendente, tanto para os analistas políticos como para o meio intelectual, alguns autores têm sublinhado a ideia de uma revolução mitificada pelos seus intervenientes. “Um momento mágico de

---

<sup>107</sup> CÔRTE-REAL, Maria de São José (2014), "Sons de Abril: Estilos musicais e movimentos de intervenção político-cultural na Revolução de 1974" in *Revista portuguesa de musicologia* 6, pp. 141-172, pp. 158-159.

<sup>108</sup> NOGUEIRA, Isabel (2013), *Artes plástica e crítica em Portugal nos anos 70 e 80: vanguarda e pós-modernismo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 40.

renovação” e de “instauração de um tempo radicalmente novo”<sup>109</sup>. Esta imagem de um evento disruptivo vai, no entanto, ver-se confrontada com alguns “estereótipos persistentes” que apenas destacam a “dinâmica avassaladora no sentido da instrumentalização da cultura”<sup>110</sup>. Porém, uma análise mais profunda e atenta revela, contudo, um quadro muito mais amplo e diferenciado. Se por um lado, é perceptível a existência de uma postura comprometida do campo cultural com a esfera política, por outro, as iniciativas acima mencionadas revelam uma autonomia e vontade própria do campo cultural, agora liberto dos constrangimentos e restrições impostos pelos anos de ditadura, no fomento de novas práticas. E, neste sentido, é possível concluir que a revolução portuguesa funcionou como rampa de lançamento para diversas experiências do sector cultural, que acima de tudo reflectiam os novos ventos de mudança.

Neste âmbito, o período pós-revolução foi de “reencontro” com o país. O meio intelectual pode encontrar nos anos que se seguiram à revolução uma nova forma de “orgulho nacional”<sup>111</sup>, celebrando um momento de absoluta redenção face aos tempos difíceis vividos durante o regime ditatorial.

#### **4.2. O envolvimento intelectual português nas Campanhas**

Antes da revolução, o meio intelectual português, em particular os escritores constituíam indubitavelmente uma frente relevante e visível da resistência ao regime ditatorial. Por esse motivo, com o 25 de Abril de 1974, os intelectuais sentem-se numa posição legítima para “se fazerem ouvir no novo espaço democrático”<sup>112</sup>.

---

<sup>109</sup> RIBEIRO, António Sousa (1995), “Configurações do Campo Intelectual Português no Pós-25 de Abril: O Campo Literário”, in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, pp.481-512, p. 494.

<sup>110</sup> RIBEIRO, António Sousa (1995), “Configurações do Campo Intelectual Português no Pós-25 de Abril: O Campo Literário”, in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, pp.481-512, p. 483.

<sup>111</sup> RIBEIRO, António Sousa (1995), “Configurações do Campo Intelectual Português no Pós-25 de Abril: O Campo Literário”, in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, pp.481-512, p. 497.

<sup>112</sup> RIBEIRO, António Sousa (1995), “Configurações do Campo Intelectual Português no Pós-25 de Abril: O Campo Literário”, in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, pp.481-512, p. 486.

No entanto, e num contexto prático, a revolução portuguesa partira de uma outra esfera de poder – o Movimento das Forças Armadas – condição que irá moldar, decisivamente, a ligação dos intelectuais a este período de transformação da sociedade portuguesa.

O MFA - enquanto pólo de referência para a revolução - apresenta-se como “instância real do poder” e por definição “interclassista”<sup>113</sup>. Para o meio intelectual, esta condição *sine qua non* acentua o facto de que qualquer tipo de colaboração, a desenvolver, teria que ter em conta o projecto político-cultural definido pelas Forças Armadas. Segundo a análise de António Sousa Ribeiro, nos períodos de transição social e política, o campo intelectual vê-se “forçado a adequar a sua dinâmica (...) às exigências de um contexto em rápida mutação”<sup>114</sup>. Nesta lógica, durante a conjuntura revolucionária, o meio intelectual português é, pois, obrigado a redefinir a sua ligação com a esfera do poder político.

A partir destes pressupostos, o campo intelectual e o MFA tentam promover a criação de canais que, de alguma forma, ajudem a reposicionar os intelectuais na sociedade portuguesa, atribuindo-lhes uma função social e interventiva. Em primeiro lugar, a instauração de um novo regime político deveria contribuir para o reconhecimento de direitos sócio profissionais para os diversos sectores da cultura. Num segundo aspecto, a conjuntura revolucionária deveria encontrar formas que concedessem uma posição de intervenção aos intelectuais portugueses.

É o caso das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, onde a estrutura organizadora promove, inicialmente, a criação de secções que potenciem o papel activo dos escritores e artistas na revolução. No entanto, era preciso apelar à participação dos intelectuais nesta iniciativa. Neste sentido, Vasco Gonçalves encerra o I Congresso de Escritores Portugueses a 11 de Maio de 1975, dignificando o papel dos escritores na sociedade portuguesa e identificando-os como uma força motora da Revolução:

---

<sup>113</sup> RIBEIRO, António Sousa (1995), “Configurações do Campo Intelectual Português no Pós-25 de Abril: O Campo Literário”, in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, pp.481-512, pp. 487.

<sup>114</sup> RIBEIRO, António Sousa (1995), “Configurações do Campo Intelectual Português no Pós-25 de Abril: O Campo Literário”, in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, pp.481-512, pp. 483.

“Eu julgo que a missão fundamental hoje dos escritores é tornar letrado o nosso povo, não só o povo que é analfabeto, mas mesmo os outros que precisam de ser letrados, levar o conhecimento ao povo, levar o conhecimento às pessoas (...). Qual é a principal missão hoje, do escritor, no nosso País? Parece-me que é tornar letrado o nosso Povo, explicar ao nosso Povo o que tem sido a vida dele, os problemas que tem à frente para vencer, o que é a Revolução, o que é a sua vida quotidiana neste momento da situação revolucionária (...). O papel dos intelectuais é um papel de pioneiro, é um papel de vanguarda. A revolução portuguesa não se pode fazer sem a vossa colaboração”<sup>115</sup>.

No fim do seu discurso, refere Sousa Ribeiro, circula um abaixo-assinado solicitando ao Primeiro-ministro “que os órgãos da Revolução encontrem a forma de integração dos escritores portugueses nas campanhas de dinamização cultural, não como guias ou tutores intelectuais, que não pretendem ser, mas apenas como cidadãos que reivindicam o direito de servir o Povo e a revolução, contribuindo assim para o surgimento de uma nova literatura”<sup>116</sup>. O documento viria a recolher oitenta e uma assinaturas<sup>117</sup>.

A par das Campanhas de Dinamização Cultural, o momento político que se vivia em Portugal motivou a vinda de diversos intelectuais estrangeiros ao país durante os anos do PREC. Foi o caso de Gabriel García Márquez, Michel Foucault, Jean-Paul Sartre ou Robert Kramer, que nesse período vieram a Portugal testemunhar o ambiente tangível da revolução portuguesa<sup>118</sup>. De acordo com Raquel Varela, nos dois anos de período revolucionário “tudo era de alguma forma espaço para a arte, para a criação e a criatividade”<sup>119</sup>, facto que explica a atracção de personalidades internacionais face ao caso português. A autora refere ainda que, durante o período revolucionário, “a explosão social cria um caldo de cultura que vai ter um reflexo imediato em muitos sectores”, tais como o teatro, o cinema ou as artes plásticas.

---

<sup>115</sup> GONÇALVES, Vasco (1977), *Discursos, conferências de imprensa, entrevistas*, Lisboa, Seara Nova, pp. 204-211.

<sup>116</sup> *Diário de Notícias*, 12/5/1975

<sup>117</sup> RIBEIRO, António Sousa (1995), “Configurações do Campo Intelectual Português no Pós-25 de Abril: O Campo Literário”, in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, pp.481-512, p. 506.

<sup>118</sup> VARELA, Raquel (2014), *História do povo na Revolução Portuguesa 1974-75*, Lisboa, Bertrand Editora, pp. 362-364.

<sup>119</sup> VARELA, Raquel (2014), *História do povo na Revolução Portuguesa 1974-75*, Lisboa, Bertrand Editora, p. 361.

Em contraponto, no seio do campo intelectual surgem também vozes críticas à actuação do MFA no sector da cultura. As Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA foram alvo de duras críticas por parte de alguns intelectuais portugueses, que acusavam a iniciativa de dirigismo político e de fomentarem uma postura *engagée* do meio intelectual com o rumo político do país. Natália Correia, por exemplo, criticou as campanhas, apelidando-as de imitação da revolução cultural:

“Com estas ridículas campanhas de dinamização cultural propõem-se os catequistas do ácido úrico progressista do MFA, exhibir no palco do seu amadorismo revolucionário uma escanzelada imitação da revolução cultural. E se a pretensiosa pelintrice da cópia a torna desgastante, não louvarei o modelo, que não passa de uma grande desonestidade dos efabuladores do maior progresso”<sup>120</sup>.

Sofia de Mello Breyner, por sua vez, aponta o dedo à partidarização das campanhas, que “fazem um doutrinamento político que deve ser feito pelos partidos. Pois não há doutrinamento apartidário. Não há angelismo político. Um doutrinamento que se apresente como apartidário é necessariamente ambíguo. Queremos que o pluralismo seja nítido e declarado com clareza”<sup>121</sup>. Nesta observação, Sofia de Mello Breyner, aponta precisamente para um dos problemas centrais da tendência ideológica presente nas Campanhas de Dinamização Cultural. Desta forma, as Campanhas de Dinamização Cultural acabam também por ter uma conduta paternalista e dirigista, factores negativos que os seus responsáveis apontaram à política cultural e propagandística *estadonovista*.

Em resumo, é possível afirmar que as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA não foram, de facto, um terreno pacífico, tendo sido alvo de inúmeras críticas. Eduardo Lourenço, que as apelidou de “chaimitização pedagógica”, refere que as campanhas, apesar de terem boas intenções, foram realizadas de “forma apressada e na maioria das vezes folclórica”<sup>122</sup>. Não obstante, as campanhas funcionaram, inicialmente, como projecto aglutinador e de ligação do meio intelectual ao povo português.

---

<sup>120</sup> CORREIA, Natália (1978), *Não percas a rosa: diário e algo mais (25 de Abril de 1974-20 de Dezembro de 1975)*, Lisboa, Dom Quixote, p. 103.

<sup>121</sup> “A arte é o futuro no presente”, por Helena Vaz da Silva (*Expresso*, 12/07/1975), pp. 18-19.

<sup>122</sup> LOURENÇO, Eduardo (1976), *O Fascismo Nunca Existiu*, Lisboa, Publicações D. Quixote, p. 147.

### 4.2.1. O teatro, o cinema e as artes ao serviço da Revolução

Sob diversas formas, e em função dos meios disponíveis, as Campanhas de Dinamização Cultural apresentaram espectáculos e promoveram artistas provenientes dos diversos quadrantes. Ao longo deste capítulo, iremos analisar e descrever as áreas focadas durante a caracterização das campanhas, de modo a explicar qual a estrutura cultural por deste projecto.

#### 4.2.1.1. Teatro

Mesmo no seio de uma situação profissional ambígua e de difícil desenvolvimento, o 25 de Abril de 1974 surge como marco decisivo na história da evolução do teatro em Portugal, pois, “ao trazer consigo uma muito maior abertura à Europa, obrigou a repensar a função da «alta cultura» enquanto vanguarda intelectual”<sup>123</sup> de um país que acompanhara pouco o movimento europeu ocidental de mudança que culminara no Maio de 68.

Antes da revolução, existiam já grupos de teatro independente consolidados no panorama português, nomeadamente no teatro universitário. De acordo com Graça Margarida Torres, de 1938 até 1974, “o teatro universitário revelou uma ampla capacidade de intervenção em diferentes domínios da sociedade portuguesa, como elemento de sociabilidades juvenis que, em determinado momento, correspondeu a um comprometimento cultural e político em franca ruptura com os valores conservadores e, particularmente, com o regime que governava o país”<sup>124</sup>. Por sua vez, Carlos Porto observa esta tendência de crescimento no teatro universitário, afirmando que a partir dos anos 60 este serviria como uma das “base(s) do movimento do teatro independente e de um público novo”<sup>125</sup>.

---

<sup>123</sup> MELO, Idalina Aguiar de (1993), «Estratégias de Importação da "Alta Cultura". O Caso do Teatro Alemão Representado em Portugal (1974-1980)» in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, pp. 555-589, p. 558.

<sup>124</sup> TORRES, Graça Margarida Adónis (2017), *Percursos do Teatro Universitário em Portugal (1974/1994)*, Tese de doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra, p. 87.

<sup>125</sup> PORTO, Carlos (1996), “Do tradicional ao Teatro Independente”, in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 279-290.

Porém a situação do sector em Portugal ilustrava particularmente a difícil “situação política vivida do país”<sup>126</sup>. O público pouco acostumado a certas formas de representação e as restrições impostas pela censura ao nível da adaptação de certos autores, traduzem-se numa conjuntura fechada e com pouco espaço para se inovar. Em virtude destes factores, o sentimento de liberdade trazido pela revolução, antevia um trabalho de recuperação pelos anos de atraso. Por exemplo, salienta Idalina Aguiar de Melo, “o fim da Censura permitia agora a representação dos autores malditos, mas, sobretudo, permitia pensar em divulgar o espectáculo teatral muito mais vasto e diversificado”<sup>127</sup>.

Uma das primeiras mudanças trazidas pela revolução foca-se na aproximação do teatro português ao teatro apresentado nos países centrais da Europa, nomeadamente ao teatro alemão. Neste sentido, num primeiro momento, é notório o aumento na divulgação de Bertolt Brecht, um dos autores mais atingidos pela censura portuguesa do Estado Novo. As suas obras são por isso, representadas um pouco por todo o país pelas companhias de teatro independente e pelos grupos amadores, em especial no âmbito das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA.

Na sequência da revolução, abriu-se ainda um novo paradigma: com o rumo dos acontecimentos, assistira-se a uma “profunda remodelação das relações entre os actores, o texto e o público”<sup>128</sup>. Por essa razão, autores como Brecht ou o português Bernardo Santareno foram privilegiados, sendo que o MFA tenta integrar em força os grupos de teatro independentes, antes ostracizados pela ditadura.

Nas palavras de João Mota, “o 25 de Abril trouxe a festa, o teatro estava na rua; e depois dos cinquenta anos anteriores de fascismo, era preciso fazer (...) um teatro de

---

<sup>126</sup> MELO, Idalina Aguiar de (1993), «Estratégias de Importação da "Alta Cultura". O Caso do Teatro Alemão Representado em Portugal (1974-1980)» in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, pp. 555-589, p. 565.

<sup>127</sup> MELO, Idalina Aguiar de (1993), «Estratégias de Importação da "Alta Cultura". O Caso do Teatro Alemão Representado em Portugal (1974-1980)» in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, pp. 555-589, p. 565.

<sup>128</sup> MELO, Idalina Aguiar de (1993), «Estratégias de Importação da "Alta Cultura". O Caso do Teatro Alemão Representado em Portugal (1974-1980)» in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, pp. 555-589, p. 568.

intervenção política, porque às gentes que não sabem ler nem escrever é preciso dizer-lhes que existe outro modo de viver”<sup>129</sup>.

Nas Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA foram convidados as seguintes companhias<sup>130</sup>: Casa da Comédia, Teatro da Cornucópia, Teatro Nosso Tempo, Teatro Experimental de Cascais, Teatro Villaret, Teatro Estúdio de Lisboa, Os Bonecreiros, a Comuna, Grupo 4, Teatro Maria Matos, Teatro Hoje, Feira Ladra, Cómicos, Água, Gás e Electricidade, Bonecos de Santo Aleixo, Graça Lobo e Manuel Crespo. De entre as peças representadas<sup>131</sup> constavam, para além de Brecht, autores como: Alves Redol (*A Forja*), Bernardo Santareno (*Traição do Padre Martinho*), Luís Francisco Rebelo (*O Dia Seguinte*), Peter Weiss (*O Canto do Papão Lusitano*) ou Anton Tchekhov (*O Urso*).

Efectivamente, nos anos que se seguiram ao 25 de Abril, o teatro amador e independente conhece um “período de apogeu”, observando-se uma “prática teatral ao serviço da revolução política”. Perante esta situação, são muitos os que defendem que sem uma “prática estética revolucionária não há movimento revolucionário”<sup>132</sup>. Porém, existem também vozes que criticam a adopção de modelos ultrapassados, justificado pela falta de preparação e de meios das companhias de teatro nacionais.

Em boa verdade, o espírito revolucionário da época em causa explica de forma genérica, o porquê de um certa euforia com algumas das peças apresentadas à época. Por essa razão, após o período de transição, seguiu-se um período disfórico que abrangeu sensivelmente a década entre os finais dos anos 70 e os finais dos anos 80. Aguiar de Melo analisa essa mesma tendência ao descrever o declínio de interesse pelas obras de Brecht. Sobre este aspecto, Carlos Porto aponta ainda: “Podemos caracterizar esse período pelo

---

<sup>129</sup> MOTA, João (1998), Depoimento, *O Texto e o Acto: 32 Anos de Teatro (1968-2000)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 155-158, p. 156.

<sup>130</sup> “Nota para as companhias provisórias”, assinado pela Comissão Dinamizadora Central, datado de 31/10/74 (ADN/F6/SR. 13/Cx37/V33).

<sup>131</sup> Lista em anexo.

<sup>132</sup> MELO, Idalina Aguiar de (1993), «Estratégias de Importação da "Alta Cultura". O Caso do Teatro Alemão Representado em Portugal (1974-1980)» in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, pp. 555-589, p. 569.

apagamento das relações entre o espectáculo teatral e os públicos e por isso pelo enfraquecimento evidenciado, ao mesmo tempo pela oferta e pela recepção”<sup>133</sup>.

De acordo com Idalina Aguiar de Melo, no final de 1975 e princípio de 1976 era já possível uma clara mudança na intenção procurada pelos grupos de teatro. A intenção estética sobrepôs-se à intenção política, fazendo com que o “teatro de intervenção política” passasse para “segundo plano, em favor da experimentação com novos meios e novas técnicas teatrais”<sup>134</sup>. Num último aspecto é necessário regressar também ao uso corrente de textos de dramaturgos contemporâneos de língua alemão. Em boa verdade, na falta de textos portugueses de qualidade, e no dizer de Luís Miguel Cintra, o teatro alemão recebe essa atenção, porque “instiga à reflexão sobre o quotidiano de uma perspectiva histórica que pode ser facilmente transposta para a realidade portuguesa”<sup>135</sup>.

#### 4.2.1.2. Cinema

Um dos sectores mais aproveitados durante as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA foi, justamente, o sector do cinema. A explicação desse facto deve-se, primeiramente, à facilidade de transportar e projectar filmes para as mais variadas partes do país, mas também pelo facto de este ser um instrumento de rápida apreensão e que prendia a atenção dos espectadores.

Sobre este sector, Manuel Begonha destaca ainda a importância de Vasco Pinto Leite para esta componente das campanhas, uma vez que o director-geral da Cultura Popular e Espectáculos fora um antigo cineclubista e presidente da Federação Portuguesa de Cinema de Amadores. Essa experiência, salienta Begonha, permitiu uma maior facilidade na interacção com diversos cineclubes, com os quais desenvolveu, juntamente com Ramiro Correia, um

---

<sup>133</sup> PORTO, Carlos (1997), “O teatro em Portugal nos anos 90” in *Discursos: estudos de língua e cultura portuguesa*, pp. 13-23, p.13.

<sup>134</sup> MELO, Idalina Aguiar de (1993), «Estratégias de Importação da "Alta Cultura". O Caso do Teatro Alemão Representado em Portugal (1974-1980)» in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, pp. 555-589, p. 572.

<sup>135</sup> Citado em MELO, Idalina Aguiar de (1993), «Estratégias de Importação da "Alta Cultura". O Caso do Teatro Alemão Representado em Portugal (1974-1980)» in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, pp. 555-589, p. 574.

“projecto de brigadas móveis de cinema popular, a partir de Maio de 1974”<sup>136</sup>, meses antes do início das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA.

À época, o cinema gozava de um período de grande idealização, nomeadamente no que concerne ao poder da imagem sobre o espectador. “Fundamentalmente, o cinema projectado nas teorias e práticas do período revolucionário é investido de um valor de crença na capacidade das imagens em movimento provocarem não a recepção passiva do espectador, mas a sua acção”<sup>137</sup>. José Filipe Costa sublinha ainda que, no que toca às Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, “é subjacente a intenção de provocar um efeito bola de neve: a projecção ou rotação de um acontecimento fílmico é um acontecimento a ser vivido. As equipas não se limitaram a projectar um filme, mas filmavam o próprio acto de projecção e dinamização: para que o povo se revisse a si próprio na sua tomada de consciência e acção e assim ganhasse alento”<sup>138</sup>.

Mas de que forma é que um filme pode ajudar a mudar a realidade? Quais os filmes escolhidos que podem entrar na categoria de “transformadores da sociedade? No caso das Campanhas de Dinamização Cultural a resposta a estas questões podem revelar alguns aspectos interessantes. Na análise feita aos relatórios das diversas CODIRE’S, o leque de filmes escolhidos evidencia pelo menos dois grandes grupos: por um lado, filmes de índole mais comercial e de entretenimento; por outro, filmes de grande conotação política e ideológica. Neste ponto, convém ainda ressaltar a importância do contraste entre as novas ideias revolucionárias trazidas pela revolução portuguesa com o tipo de política cultural desenvolvida durante o Estado Novo. Neste âmbito, durante o PREC foram projectados diversos filmes, antes censurados pelo regime ditatorial e que fizeram furor na sua estreia pós-25 de Abril. Porém, no caso das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, a escolha de filmes revelou-se em alguns momentos conservadora.

Tendo em conta a lista de filmes projectados<sup>139</sup>, vemos por um lado diversos filmes de Charlie Chaplin (especificamente *Charlot Agiota* e *Charlot Prestamista*, ambos de 1916) e até alguns filmes portugueses realizados durante o período do Estado Novo, nomeadamente a

---

<sup>136</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 55.

<sup>137</sup> COSTA, José Filipe (2002), *O Cinema ao Poder! A Revolução do 25 de Abril e as políticas de cinema entre 1974-1976*, Lisboa, Hugin, p. 75.

<sup>138</sup> COSTA, José Filipe (2002), *O Cinema ao Poder! A Revolução do 25 de Abril e as políticas de cinema entre 1974-1976*, Lisboa, Hugin, p. 75.

<sup>139</sup> Lista em anexo.

*Canção de Lisboa* (José Cottinelli Telmo, 1933). No âmbito dos filmes políticos, podemos por um lado observar filmes já mais reconhecidos do grande público, respectivamente o filme *Las Hurdes* (Luis Buñuel, 1933), mas também filmes rodados durante o período revolucionário, como o filme *28 de Setembro* ou o filme *11 de Março*.

Num artigo de 1977 da *Revista M*<sup>140</sup> criticava-se no entanto a apresentação e exibição ritualizada de filmes revolucionários durante as Campanhas de Dinamização Cultural. “O que é rebatido no artigo é o modo como ao espectador era retirado o poder de questionamento e leitura - enfim, a aprendizagem do que é aprender a ver e experimentar um filme”<sup>141</sup>. No entanto a visão política contrapunha-se à crítica apresentava. Note-se por exemplo que Correia Jesuino, ministro da Comunicação Social em 1975, acreditava na necessidade de dar ao povo obras que o eduque e promova. “Em Portugal, visto que caminhamos para uma sociedade de outro tipo, uma sociedade socialista, nós gostaríamos que fosse o povo a definir o seu gosto. Mas ele está ainda inorganizado, [estamos] numa fase de transição”<sup>142</sup>. Neste sentido, é possível concluir-se que a perspectiva educacional e pedagógica das campanhas, através da projecção de filmes, era apoiada pelas chefias políticas.

#### 4.2.1.3. Apoio literário

No sector designado por “Apoio Literário”, os escritores, de acordo com Manuel Begonha, tinham a função de produzir “textos de apoio e outros para banda desenhada, apoio à produção editorial da CODICE, artigos, reportagens e crónicas para a Comunicação Social, e ainda livros relacionados com a presença do MFA no terreno”<sup>143</sup>.

Desta forma, o sector coordenado pelo escritor Modesto Navarro tratava de uma parte logística fundamental das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, uma vez que era através das directivas redigidas que se desencadeavam as diversas acções agendadas. O sector contava com a colaboração de diversos intelectuais portugueses, entres

---

<sup>140</sup> Artigo da *Revista M* (p.47), citado em COSTA, José Filipe (2002) *O Cinema ao Poder! A Revolução do 25 de Abril e as políticas de cinema entre 1974-1976*, Lisboa, Hugin, pp. 80-81.

<sup>141</sup> COSTA, José Filipe (2002), *O Cinema ao Poder! A Revolução do 25 de Abril e as políticas de cinema entre 1974-1976*, Lisboa, Hugin, p. 81.

<sup>142</sup> Citado em COSTA, José Filipe (2002), *O Cinema ao Poder! A Revolução do 25 de Abril e as políticas de cinema entre 1974-1976*, Lisboa, Hugin, p. 78.

<sup>143</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 57.

eles Virgílio Martinho, Bernardo Santareno, Isabel da Nóbrega, António Torrado, Luso Soares e Maria Carrilho.

Analisando a conjuntura em que se criaram as Campanhas de Dinamização Cultural é também possível falar de um reavivamento do movimento neo-realista em Portugal, algo que iria, em certa medida influenciar o tipo de obras e artistas promovidos pelas campanhas. Na perspectiva de João Madeira, o 25 de Abril despertou no campo literário, “uma espécie de remoçamento do neo-realismo; primeiro, porque protagonizado por uma geração de resistentes, já acima dos cinquenta anos, que haviam vivido todo o processo de emergência, euforia e ressaca dessa corrente literária e estética, vivenciada entre finais dos anos trinta e início dos anos setenta e, depois, porque se encontravam numa conjuntura nova que se abria, prenhe de entusiasmos e de expectativas”<sup>144</sup>. Esse mesmo entusiasmo foi notório nalgumas das acções tomadas dentro do meio literário português.

Em 1975, aquando do I Congresso dos Escritores Portugueses foi discutida a participação dos escritores no processo revolucionário. Segundo João Pedro George, este congresso evidenciou uma divisão entre grupos, que fica a dever-se a uma transposição dos conflitos políticos para o interior da vida literária: “uns assumiram explicitamente o seu comprometimento político com a revolução, outros rejeitaram essa lógica, afirmando a autónoma do literário (...)”<sup>145</sup>.

No caso das Campanhas de Dinamização Cultural, o sector do chamado “Apoio Literário” foi criado devido à “multiplicidade das solicitações a que os militares eram submetidos” e com o “objectivo fundamental” de ajudar a consolidar através de textos e panfletos, “a ligação Povo-MFA”. Mais do que isso, o contributo dos escritores foi necessário para ajudar os militares a ganharem mais “conhecimento dos costumes, tradições, linguagem e cultura dos locais onde se previam intervenções (...)”<sup>146</sup>. Por outro lado, a criação deste sector permitiu agregar às sessões das campanhas, momentos de leitura e recitais de poesia que contaram com a participação de Papiniano Carlos, Egito Gonçalves e Denis-Jacinto<sup>147</sup>.

---

<sup>144</sup> MADEIRA, João (2017), “Os escritores comunistas e a Revolução do 25 de Abril” in *Miscelânea: Revista de Literatura e Vida Social*, 15, pp. 25-43, p. 29.

<sup>145</sup> GEORGE, João Pedro (2002), *O meio literário português (1960-1998) Prémios Literários, Escritores e Acontecimentos*, Lisboa, Difel, p. 147.

<sup>146</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 57.

<sup>147</sup> “Comunicado da Comissão Dinamizadora Distrital Porto”, sem autor (ADN/F6/SR. 15/Cx40/V1).

Todavia, o processo revolucionário enveredaria por uma radicalização progressiva, particularmente após o 11 de Março de 1975, algo que se irá reflectir na postura da CODICE em relação às Campanhas de Dinamização Cultural, conferindo mais espaço aos defensores de uma literatura social de forte incidência política ao serviço da transformação social.

Outros autores referem ainda que o período do PREC ficaria marcado pela pouca produção literária de escritores portugueses, ocupados com outras tarefas, a nível governativo, jornalístico, associativo, partidário ou académico. Por outro lado, a tendência de uma obra mais política, teórica e ideológica tirava espaço à produção literária, sendo que muitos escritores receavam não estar à altura daquilo que lhe era exigido.

Assim, sublinha João Madeira, “entre o entusiasmo, o empenhamento militante, o envolvimento generoso nas tarefas da construção da democracia e nos combates pelo socialismo, os escritores eram pressionados a escrever, mas sem que a criação fluísse”. O mesmo autor reforça esta a ideia sublinhando que no debate público, “o domínio do político sobrepunha-se ao cultural e ao estético (...) ainda que os incidentes e os pretextos pudessem ser também de natureza cultural, mas adquirindo uma feição instrumental”<sup>148</sup>.

#### **4.2.1.4. Música, dança e canto**

Através deste sector, as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA pretendiam incentivar e ajudar na criação de “novos centros apoiados em organizações activas, como conservatórios regionais, bandas de música, grupos corais e sociedades filarmónicas, para o desenvolvimento de novos músicos e animadores musicais”<sup>149</sup>.

De acordo com Manuel Begonha, “foram as bandas de música que mais se empenharam no contacto directo e na descoberta de novas formas de aproximação com o povo”<sup>150</sup>. Na análise aos diversos relatórios das CODIRE’s, é notório o volume de actos musicais programados, onde se espelha uma dinâmica interessante entre bandas militares e bandas populares. Begonha refere mesmo que as bandas militares actuaram como animadores

---

<sup>148</sup> MADEIRA, João (2017), “Os escritores comunistas e a Revolução do 25 de Abril” in *Miscelânea: Revista de Literatura e Vida Social*, 15, pp. 25-43, p.29.

<sup>149</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 54.

<sup>150</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 55.

junto às camadas jovens, de forma a evitar a estagnação ou desaparecimento das bandas locais<sup>151</sup>.

Para além desta vertente mais ligada às bandas, este sector coordenado por Carlos Andrade, Carlos Paredes e Sílvio Pleno, foi um dos mais abrangentes em relação aos artistas nacionais que conseguiam cativar para a missão das Campanhas de Dinamização Cultural.

Durante o processo revolucionário, a canção de intervenção inundou verdadeiramente os meios de Comunicação Social, gozando por isso de estatuto nobre, sendo que muitos músicos nacionais foram considerados como heróis revolucionários. Nas Campanhas de Dinamização registam-se assim actuações de José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Luís Cília, Manuel Freire, Francisco Fanhais, Pedro Barroso e José Jorge Letria.

Maria José Corte-Real sublinha que até à revolução, “a música de intervenção tinha um objectivo comum: lutar pelo povo contra o poder estabelecido, desenvolvendo-se assim num movimento generalizado. A partir da Revolução, e depois de legitimada a responsabilidade da música de intervenção, os objectivos especificaram-se, foram estudados modos de organização que permitissem aos músicos uma maior eficácia no seu trabalho individual ou de grupo e delinearum-se vários movimentos de intervenção político-cultural no domínio da música”<sup>152</sup>.

A par destas iniciativas mais ligadas à música de intervenção, as Campanhas de Dinamização Cultural levaram até às populações locais outros tipos de música. Neste sentido, destaca-se por exemplo a participação de diversas Orquestras, nomeadamente a Orquestra Sinfónica de Lisboa, a Orquestra Sinfónica do Porto, a Orquestra Gulbenkian e a Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional.

Por outro lado, participaram, nas Campanhas de Dinamização Cultural, o Coro da Academia dos Amadores de Música, o Orfeão Universitário do Porto, o grupo coral TUC, o Coral de Barcelos, os Cantadores de Castro Daire, os Segréis de Lisboa, entre outros das mais diversas regiões do país. Ao longo das acções desenvolvidas, destaque ainda para a participação de diversos ranchos, grupos de tunas e para o Corpo de Baile da Gulbenkian.

---

<sup>151</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 55.

<sup>152</sup> CÔRTE-REAL, Maria de São José (2014), "Sons de Abril: Estilos musicais e movimentos de intervenção político-cultural na Revolução de 1974" in *Revista portuguesa de musicologia* 6, pp. 141-172, pp.158-159, p. 161.

#### 4.2.1.5. Artes Plásticas

O 25 de Abril de 1974 despoletou um sentimento de libertação e euforia que se fez notar nos diversos sectores culturais, entre eles as artes plásticas. Esse clima de entusiasmo colectivo fez-se reflectir de imediato nas pinturas murais que se expandem nos contextos urbanos. Por outro lado, também os artistas mais reconhecidos se viram motivados por esta súbita mudança, tendo-se produzido, à época, obras de carácter mais político e que ilustravam o sentimento de liberdade generalizado que se fazia sentir.

Com o lançamento das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, foi criado um sector dedicado às artes plásticas, onde se apelou à participação de diversos artistas plásticos portugueses. Neste âmbito, desenvolveram-se várias acções colectivas, que incluíram produção de cartazes, pinturas murais e exposições dedicadas à revolução de Abril.

Depois de algumas intervenções mais espontâneas por parte de alguns colectivos de artistas, a CODICE convoca uma reunião, a 9 de Dezembro de 1974, onde promove a adesão de artistas nacionais à missão das Campanhas de Dinamização Cultural<sup>153</sup>.

No âmbito desta colaboração com artistas, foram produzidos cartazes que seriam depois espalhados pelo país, durante as acções de intervenção. Por outro lado, foram pintados murais, muitos deles destruídos, “por revanche política, ignorância ou incúria”<sup>154</sup>. Para além disso, foram ainda produzidos cinco calendários e um sexto de bolso, da autoria de João Abel Manta, um selo dos CTT, com o motivo do cartaz “MFA-Povo/Povo-MFA”, autocolantes, três livros de banda desenhada e diversas brochuras com informações de orientação para as equipas de dinamização.

---

<sup>153</sup> De acordo com Manuel Begonha, deram a sua adesão: “João Abel Manta, Maria Gabriel, Emília Nadal, José Augusto, Artur Rosa, Maria Velez, Moniz Pereira, Henrique Ruivo, Alice Jorge, Lisa Chaves Ferreira, Eurico Gonçalves, Rodrigo de Freitas, Nikias Skapinakis, Querubim Lapa, Espiga Pinto, Fernando Azevedo, Rogério Ribeiro, Jorge Vieira, Rogério Amaral, João Vieira, Fátima Vaz, Joaquim Vieira, Alberto Carneiro, Marcelino Vespeira, José Escada, Maria Barreira, Justino Alves, Moura George, Henrique Manuel, Helena Almeida, Fernando Cruz, Kukas Borges, Lourdes de Castro, Cipriano Dourado, José Aurélio, Júlio Pomar, David Evans, Fernando Conduto, Manuel Batista, João Bento de Almeida, Helena Lapas, Nuno San-Payo, Sá Nogueira, Néilson Dias, Ana Maria Araújo, Armando Alves, Gracinda Candeias, João Machado, Dário Alves, Sílvia Chicó, António Inverno e José Rodrigues. Comunicaram a sua disponibilidade de adesão os artistas Manuel Filipe, Jeny de Cravalho, Carmo Pólvora, Luísa Nogueira, Maria Velez, João Hogan, Virgílio Domingues, Eduarda Teixeira, Clara Semide, Lima de Carvalho e Bartolomeu Cid dos Santos.

<sup>154</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 49.

Ainda antes do início das campanhas, tanto Isabel Nogueira como Manuel Begonha destacam “a pintura do *Painel do 10 de Junho* (1974), em homenagem à revolução de Abril, realizado pelo Movimento Democrático de Artistas Plásticos, constituído no seio da Sociedade Nacional de Belas-Artes e que, apesar de efémero, desenvolveu algumas acções relevantes ao nível da intervenção pública”<sup>155</sup>. Para a execução deste painel reuniram-se quarenta e oito participantes, evocando o número de anos que durou o regime ditatorial português<sup>156</sup>. Manuel Begonha acrescenta ainda que a festa incluiu “intervenções de grupos corais e de teatro, bem como da Banda da Armada, sob o tema geral e acto simbólico do enterro do fascismo”<sup>157</sup>.

Nesta época ter-se-á vivido um período de “empenhamento militante”<sup>158</sup> por parte dos artistas numa vivência da cultura ao serviço do povo. Foi também a época dos slogans e contra-slogans: “A arte fascista faz mal à vista” (Marcelino Vespeira) – expressão proclamada na acção realizada pelo Movimento Democrático de Artistas Plásticos a 28 de Maio de 1974, no Palácio Foz, no qual o colectivo de artistas ocultou com um pano a escultura de Francisco Franco que retratava Salazar. Ambas as iniciativas, realizadas antes do início das campanhas, contribuíram para colocar em diálogo pintores e artistas com elementos do MFA, o que terá contribuído para a criação deste sector no seio da estrutura organizativa das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA.

Existiram, no entanto, vozes críticas à forma como foi conduzida a política cultural portuguesa, no que diz respeito às artes plásticas. Na opinião do crítico de arte, Rui Mário Gonçalves, “viveu-se uma época profundamente agitada, largamente pontuada por atitudes que pretenderam repensar tudo de novo, por equívocos, por oportunismos, pelo perigo da arte *mid-cult*<sup>159</sup> – tida como antagónica à verdadeira arte de vanguarda”<sup>160</sup>. Também José-Augusto França cunhou a expressão “bonecos para o povo”, criticando o interregno da arte de

---

<sup>155</sup> NOGUEIRA, Isabel (2013), *Artes plástica e crítica em Portugal nos anos 70 e 80: vanguarda e pós-modernismo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 37.

<sup>156</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 49.

<sup>157</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 47.

<sup>158</sup> NOGUEIRA, Isabel (2013), *Artes plástica e crítica em Portugal nos anos 70 e 80: vanguarda e pós-modernismo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 39.

<sup>159</sup> “Cultura média”: de linguagem artificial, fácil de ser compreendida; combina características tanto da cultura erudita como da cultura de massa.

<sup>160</sup> Citado em NOGUEIRA, Isabel (2013), *Artes plástica e crítica em Portugal nos anos 70 e 80: vanguarda e pós-modernismo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 42.

vanguarda, para que se produzisse uma arte capaz de envolver e entusiasmar a participação popular.

#### **4.2.1.6. Circo**

Com o desígnio de estruturar e dignificar a vida dos artistas de circo, foi criado um sector dedicado exclusivamente à actividade circense para as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA.

Coordenado por Francisco Faria Paulino, membro do MFA e Teresa Ricou (Tété), o sector contou com a participação de diversos colaboradores, tais como Carlos da Costa Monteiro, a Família Jacques, Luciano Nobre, os Palhaços do Inatel, os Palhaços de Viseu, os Fantoques de Francisco Esteves, entre outros.

Num artigo do *Diário de Lisboa*, de 10 de Abril de 1981, o autor Eduardo Miragaia referia que o “circo é olhado pela primeira vez a nível oficial em 1975, através da 5ª Divisão/EMGFA, que, sensibilizada por pessoas ligadas ao circo, se apercebe da sua validade como acção dinamizadora, não hesitando em incluí-la nas campanhas de dinamização do MFA. O circo passa então a viajar nos autocarros militares e nos helicópteros, chegando ao interior do país, a locais onde nunca lhe fora permitido assentar arraiais. Muito dos artistas que participaram nessas campanhas partiam já pintados e com roupas do espectáculo vestidas: só havia tempo de chegar ao local, actuar e partir de corrida para outro sítio”<sup>161</sup>.

De acordo com Manuel Begonha, este sector foi responsável pela criação de uma Cooperativa de Circo, no Muxito, no Seixal, onde se promoveu “a formação e ensino de teatro de fantoches”<sup>162</sup>.

### **4.3. Visões de cultura presentes nas Campanhas de Dinamização Cultural**

De um ponto de vista político, as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA podem incluir-se no panorama das primeiras políticas e práticas culturais, desenvolvidas em Portugal depois da revolução.

---

<sup>161</sup> Artigo citado em BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 57.

<sup>162</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 56.

Todavia, para que cheguemos à discussão deste ponto, é necessário primeiro reflectir sobre as noções de cultura presentes nestas campanhas. Que tipo de cultura se pretendia para o país? Qual a visão cultural que orientava a estrutura organizadora desta projecto? Que país se procurava, com a passagem das Campanhas de Dinamização Cultural? Para responder a estas questões, é necessário enumerar os objectivos das campanhas e reflectir sobre o modelo cultural que estas pretendiam implantar.

Efectivamente, os dois anos que se seguiram ao 25 de Abril de 1974 foram pontuados pela premissa de se promover uma revolução cultural em Portugal. Esse ideal, orientado por um espectro político-ideológico de esquerda, acreditava na transformação social e cultural na sociedade civil, que deveria assim caminhar para um regime de tipo socialista. Nesse sentido, era pois indispensável, que fosse desenvolvido um novo modelo cultural para o país, e que seguisse as linhas condutoras de um projecto revolucionário.

Nesta dissertação, lançamos como objectivo primordial explicar quais as visões e noções de cultura presentes nas Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA. Tal como apontam os documentos que orientam as intervenções desenvolvidas no âmbito deste projecto político, destaca-se desde logo a componente de luta anti-fascista que rege o carácter ideológico das campanhas. Este é aliás, o primeiro ponto das linhas mestras que guiam o programa desenvolvido. No mesmo documento, refere-se que, para além do combate ao fascismo - “ditadura de uma minoria privilegiada”<sup>163</sup> – é preciso promover a ideia de que a revolução portuguesa está revestida de um carácter “progressista” e de “justiça social”. O mesmo documento orientador alerta ainda para o facto de haver “elementos beneficiados pelo regime anterior” que pretendem regressar ao paradigma político do Estado Novo e de que é necessário “acreditar nas FA” como instituição preponderante na construção de um Estado democrático.

Para que cheguemos ao novo paradigma, as Campanhas de Dinamização Cultural devem "procurar mostrar que a política é simplesmente a discussão dos problemas que se vivem diariamente, procurando conseguir uma maior felicidade e bem-estar para todos". É segundo este mote que as mesmas Campanhas de Dinamização procuram promover a politização do povo, para que este faça também ele parte da revolução em curso.

---

<sup>163</sup> CORREIA, Ramiro, et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, p. 23.

Para além desta luta contra o fascismo e do esclarecimento político das populações, a CODICE pretendia debelar “o subdesenvolvimento cultural” do país. Dias antes da apresentação oficial do programa das Campanhas de Dinamização, foi organizado um encontro na Cooperativa Árvore, no Porto, com associações e representantes do sector cultural. Nesta ocasião, Ramiro Correia afirmou:

“As F.A. têm consciência de que a situação cultural do povo português neste momento, pode impedir o desenvolvimento necessário do processo de democratização do país, em curso. Por isso nós verificámos que haveria necessidade de intensificar a nossa acção neste sector. [...] Parece-nos que isto é importante porque esta democratização só pode ser conseguida através da colaboração com o povo. Já desde o início quando logo após o 25 de Abril equipas do MFA se dirigiram a vários Ministérios, uma delas foi para o MCS. [...] E essa equipa designou-se como Comissão da Cultura e Espectáculos. Abolimos a palavra popular. Não é inocente a abolição da palavra «popular». Logo necessariamente com aquela abolição, nós demonstrámos a nossa rejeição absoluta da política cultural fascista. Porque quando o fascismo falava em cultura popular, era com aquela mentalidade com que nós vamos ao jardim zoológico. Eram uns tipos que andavam aos saltinhos, que andavam nas cantorias e portanto era, havia uma cultura elitista e uma cultura popular. Nós rejeitamos inclusivamente isso. Achamos que a cultura é um suor do povo, é um trabalho e é dentro destes parâmetros que tem que ser equacionada em Portugal”<sup>164</sup>.

Na análise feita a diversos documentos é possível constatar que as campanhas tinham como objectivo dar às pessoas ferramentas que as possibilitassem a participar activamente no processo revolucionário. A sua visão cultural, promove, por isso, a ideia de um espectador (povo) emancipado, ou seja, aquele que é capaz de se erguer e lutar contra as forças reaccionárias na luta contra o fascismo. De acordo com Sónia Vespeira de Almeida, os responsáveis pela dinamização cultural procuram “transformar a função social da arte (...), ensaiando formas de comunicação que apelavam à participação dos espectadores”. Segundo esta premissa e a partir do denominador comum que era a descentralização cultural, as campanhas promoveram experiências que desaguam num ideal de *Agit-Prop*<sup>165</sup>.

---

<sup>164</sup> *Livro Branco da 5.ª Divisão 1974-1975* (1984), Lisboa, Livraria Ler Editora, pp. 101-102.

<sup>165</sup> *Agit-Prop* é um acrónimo formado pela abreviatura de “agitação” e “propaganda” e refere-se ao movimento de propaganda político-cultural subsequente à Revolução de 1917 na Rússia.

Tal como explicado ao longo desta dissertação, as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA fizeram-se acompanhar de meios culturais – desde filmes, a grupos de teatro – que promovessem a ideia de um tempo de novas práticas culturais.

Em resumo, podemos afirmar que as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA tinham como grande objectivo cultural a emancipação do povo, enquanto espectador que aprende através das acções de intervenção. Podemos, por isso, situar a ideia cultural destas campanhas ao nível de um ideal *brechtiano*, onde se tentava entusiasmar o povo português a sair de suas casas e a constituir-se como agente activo e colectivo do processo revolucionário em curso. Neste ponto, é então esquecido o contraste entre a cultura popular e elitista para dar lugar a uma “cultura revolucionária”.



## CAPÍTULO V - AS CAMPANHAS DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL NO PANORAMA DAS POLÍTICAS CULTURAIS

### 5.1. Um projecto incompleto – “Uma semente lançada”

Um dia após os eventos registados a 25 de Novembro de 1975, a CODICE foi extinta. Esta situação ocorre já depois do fim da chamada 5ª Divisão, por sua vez terminada em Agosto de 1975. De acordo com Manuel Begonha, no dia 26 de Novembro de 1975 “foi nomeada uma Comissão Liquidatária”<sup>166</sup> constituída pelo brigadeiro Abreu Riscado, como presidente, comandante Canelas Cardoso e capitão Paula, com o objectivo de encerrar as actividades em curso das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA. Foram ainda agregados antigos elementos da CODICE, nomeadamente o capitão-tenente Manuel Begonha, capitão Estrela Loureiro, e Rodrigo de Freitas, na qualidade de colaborador civil mais antigo.

Como consequência, nos dias que se seguiram, os vários representantes das Campanhas de Dinamização Cultural foram “presos, licenciados ou enviados à situação militar de onde haviam sido requisitados”<sup>167</sup>. No terreno ficou apenas a intervenção levada a cabo no distrito de Viseu, focada em Castro Daire e Sernancelhe e que, face ao volume dos trabalhos realizados, terminaria apenas no princípio de 1976<sup>168</sup>.

A extinção abrupta da estrutura organizadora destas campanhas marcaria o fim de uma das primeiras políticas culturais promovidas pelo Estado português no pós-25 de Abril de 1974, neste caso com o objectivo de dinamizar e promover a politização das populações mais empobrecidas, especificamente os camponeses. Em jeito de balanço, Sónia Vespeira de Almeida analisa o papel da CODICE classificando esta comissão como “uma figura híbrida no quadro da instituição militar”<sup>169</sup> que reflectiu os desejos e ambições do MFA neste período de mudança para o país.

---

<sup>166</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 82.

<sup>167</sup> CORREIA, Ramiro, et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, p. 141.

<sup>168</sup> ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri, p. 150.

<sup>169</sup> ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri, p. 151.

Em articulação com o aparelho de Estado, Sónia Vespeira de Almeida sublinha ainda que os militares envolvidos nesta experiência, enquanto agentes de um programa revolucionário, conseguiram “estabelecer um intenso diálogo com a cultura popular de matriz rural”<sup>170</sup>, tendo uma “retórica de visibilidade”<sup>171</sup> da realidade do país que contrastava abruptamente com os anos de obscurantismo ditatorial de Salazar e Marcello Caetano.

Sónia Vespeira de Almeida sublinha ainda que «ao procurarem legitimar a sua versão de Portugal, os protagonistas das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, revelaram uma sensibilidade antropológica lida não só nas diferentes descrições da ruralidade (...), como também na utilização que fizeram de alguns conceitos (...), como “cultura” e “outro”»<sup>172</sup>.

Por seu lado, Stephen R. Stoer conclui que as campanhas, integradas numa dinâmica de mobilização revolucionária consistiram “na consolidação social e cultural das alterações políticas e económicas ocorridas no interior da administração pública”<sup>173</sup>. No entanto, o autor defende que este processo “implicava ganhar para a revolução aqueles que estavam fora dela”<sup>174</sup>, algo que não chega a materializar-se. “Contudo, e apesar disto, de modo nenhum é certo que, a longo prazo, o impacto geral destas actividades de mobilização tivesse sido significativo”<sup>175</sup>.

Manuel Begonha sustenta que as Campanhas de Dinamização Cultural constituíram uma “experiência de galvanização e de esperança irrepetível”, que contribuiu para o aparecimento de “novas formas de elevação cultural e cívica”<sup>176</sup>.

---

<sup>170</sup> ALMEIDA, S. V (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri, p. 385.

<sup>171</sup> ALMEIDA, S. V (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri, p. 385.

<sup>172</sup> ALMEIDA, S. V (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri, pp. 385-386.

<sup>173</sup> STOER, Stephen R. (1986), *Educação e Mudança Social em Portugal 1970-1980. Uma Década de Transição*, Porto, Edições Afrontamento, p. 198.

<sup>174</sup> STOER, Stephen R. (1986), *Educação e Mudança Social em Portugal 1970-1980. Uma Década de Transição*, Porto, Edições Afrontamento, p. 198.

<sup>175</sup> STOER, Stephen R. (1986), *Educação e Mudança Social em Portugal 1970-1980. Uma Década de Transição*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 198-201.

<sup>176</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 81-82.

Na mesma perspectiva, Vasco Pinto Leite, um dos responsáveis pela componente civil das campanhas, refere, que mesmo com defeitos, a dinamização cultural promovida pelo MFA “mobilizou a entrega total dos seus promotores e dos seus receptores, (...) para levar à participação das populações na compreensão, intervenção e resolução dos problemas locais, regionais e nacionais que mais directamente lhes respeitavam. As populações cresciam culturalmente no sentido mais lato do termo, tomando consciência de si próprias e dos direitos e deveres que lhes competiam para a identidade e o desenvolvimento regional e do País”<sup>177</sup>. O mesmo autor admite ainda que de todos os aspectos culturais presentes nas campanhas é o da descentralização cultural que surge como grande “conquista, talvez irreversível, dos hábitos de participação das populações”<sup>178</sup>.

Para a história contemporânea portuguesa fica assim o contributo deste projecto na forma como ajudou a enformar as políticas culturais em Portugal, durante os anos subsequentes. Ao criarem um programa cultural descentralizado, as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA abriram espaço para um novo modelo de políticas culturais que poderiam ser uma alternativa viável e moderna num país com escassas iniciativas neste campo de acção.

## **5.2. As novas políticas culturais em Portugal**

O golpe militar de 25 de Abril de 1974 marca o fim do regime ditatorial e, conseqüentemente, o início de profundas mudanças no sistema político, económico, social e cultural.

Um dia depois da Revolução de Abril é publicado o *Programa do Movimento das Forças Armadas*, que estipula a abolição da censura e Exame Prévio e a criação de uma comissão *ad-hoc*, de carácter transitório, para controlo da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema (Decreto-Lei n.º 281/74 de 25-06-1974), directamente dependente da Junta de Salvação Nacional.

Analisando as medidas de domínio cultural presentes nesta época, Maria de Lourdes Lima dos Santos sublinha que a “ligação da cultura à educação e à comunicação social, a divisão das artes e letras em cinco áreas distintas (a literatura, o teatro, o cinema, a música e

---

<sup>177</sup> LEITE, Vasco Pinto (2013), *O Corpo do Delito*, Lisboa, Lápis de Memória, pp. 207-208.

<sup>178</sup> LEITE, Vasco Pinto (2013), *O Corpo do Delito*, Lisboa, Lápis de Memória, p. 208.

as artes plásticas), a importância atribuída à democratização da cultura e à língua portuguesa são aspectos que a partir daqui vão enformar, por vários anos, as políticas culturais”<sup>179</sup> em Portugal.

Todavia, o período revolucionário ficaria marcado por uma certa incapacidade, no que toca à construção efectiva de uma política cultural, face à polarização de espectros políticos antagónicos. De acordo com Isabel Nogueira, nos “anos imediatos ao 25 de Abril ter-se-á verificado a incapacidade de o Estado elaborar uma política cultural estruturante e coerente, continuando a cumprir-se uma falta de articulação entre os diferentes intervenientes”<sup>180</sup>. A mesma autora assevera, no entanto, que no período imediato após o golpe militar foi notório «um empenhamento militante intenso por parte dos artistas, numa vivência da cultura “ao serviço do Povo”»<sup>181</sup>.

É neste contexto que, em Agosto de 1974, os órgãos de poder começam a anunciar novas medidas relativas ao sector cultural, onde se inserem as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, criticadas, posteriormente, pelo conceito de cultura em causa. “Criticava-se a actuação do centro para a periferia, de cima para baixo, que se traduziria num desrespeito pelos traços culturais específicos de cada região”<sup>182</sup>. Para além destas campanhas, existiram ainda vários projectos, provenientes de esferas privadas, que tinham como objectivo o desenvolvimento cultural do país.

A criação destas campanhas materializa, no entanto, o início de uma mudança na forma como se criaram políticas culturais em Portugal, nos anos subsequentes. No contexto português, estas campanhas vaticinam a necessidade de se criar uma política cultural descentralizada e que tivesse como objectivo o desenvolvimento regional e nacional do país. Vasco Pinto Leite refere que, mesmo no período revolucionário, “o Dec.-lei 409/75 de 2 de Agosto retirou a Secretaria de Estado da Cultura (SEC) do Ministério da Educação para a colocar no Ministério da Comunicação Social, de modo a reunir as unidades orgânicas de

---

<sup>179</sup> SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (1998), “As políticas culturais em Portugal”, in *OBS-Pesquisas*, nº 3, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, p. 65.

<sup>180</sup> NOGUEIRA, Isabel (2013), *Artes plástica e crítica em Portugal nos anos 70 e 80: vanguarda e pós-modernismo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 40.

<sup>181</sup> NOGUEIRA, Isabel (2013), *Artes plástica e crítica em Portugal nos anos 70 e 80: vanguarda e pós-modernismo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 42.

<sup>182</sup> SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (1998) “As políticas culturais em Portugal”, in *OBS-Pesquisas*, nº 3, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, p. 66.

Cultura de um e de outro Ministério numa só Secretaria de Estado, em fase transitória para a criação próxima de um Ministério da Cultura autónomo”<sup>183</sup>. Pinto Leite sublinha também que, em Novembro de 1975, foi apresentada pela equipa da anterior Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos uma proposta no sentido de se criar o primeiro Ministério da Cultura em Portugal, onde “a coordenação e a descentralização eram linhas mestras da prática política de que o Estado era tão carente”<sup>184</sup>.

Com efeito, o período revolucionário português lança o início do debate sobre a institucionalização da cultura em Portugal. Nesta parte, é necessário analisar desde logo o invento das políticas culturais contemporâneas. Assim sendo, torna-se essencial mencionar a criação do Ministério dos Assuntos Culturais em França em 1959, com André Malraux na sua direcção. Segundo António Rubim, a criação deste ministério assume-se como “momento fundacional das políticas culturais, pelo menos no Ocidente”<sup>185</sup>. O mesmo autor acrescenta ainda: “Se, historicamente, a relação entre cultura e política era sempre caracterizada pelo predomínio da finalidade política e pela institucionalização da cultura, agora acontece uma guinada radical nesta história, inaugurando uma nova conexão, na qual a cultura era o fim e a política apenas o recurso para atingir este fim”<sup>186</sup>.

De acordo com Maria João Centeno, o caso português segue, de forma próxima, o modelo fundado em França. A autora sustenta que “vários têm sido os governos que a partir de 1974 têm encetado políticas que respeitam a pluralidade criativa e a crença pós-iluminista na razão civilizadora, associados à aposta moderna nas responsabilidades e capacidades do Estado na estruturação da vida cultural, seja pelo lado dos equipamentos, seja pelo lado da procura pública ou do estímulo financeiro à criação, seja pelo lado da educação dos gostos”<sup>187</sup>.

---

<sup>183</sup> LEITE, Vasco Pinto (2013), *O Corpo do Delito*, Lisboa, Lápis de Memória, p. 220.

<sup>184</sup> LEITE, Vasco Pinto (2013), *O Corpo do Delito*, Lisboa, Lápis de Memória, p. 221.

<sup>185</sup> RUBIM, António Albino Canelas (2010), “Políticas culturais e novos desafios”, in Maria de Lourdes Lima dos Santos e José Machado Pais (orgs.), *Novos Trilhos Culturais, Práticas e Políticas*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, pp.249-272, p. 250.

<sup>186</sup> RUBIM, António Albino Canelas (2010), “Políticas culturais e novos desafios”, in Maria de Lourdes Lima dos Santos e José Machado Pais (orgs.), *Novos Trilhos Culturais, Práticas e Políticas*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, pp.249-272, p. 250.

<sup>187</sup> CENTENO, Maria João (2012), *As organizações culturais e o espaço público: a experiência da rede nacional de teatros e cineteatros*, Lisboa, Colibri, p. 140.

Maria João Centeno argumenta também que “se entendermos o campo cultural como um espaço em que se articulam organizações, políticas e públicas de acordo com práticas discursivas participadas (...), é a partir dos finais dos anos 70 que em Portugal podemos afirmar a consolidação de um campo que pressupõe a cultura como um factor de desenvolvimento”<sup>188</sup>.

Sobre a efectiva necessidade de uma política cultural coesa, António Firmino da Costa sublinha que as “políticas culturais contemporâneas são no essencial políticas públicas (...) geradas em contexto de reflexividade social institucionalizada e objecto de controvérsia explícita no espaço público”<sup>189</sup>, uma vez que são tomadas de acordo com os diferentes contextos de época que se vão sucedendo.

Para esta ideia de uma cultura orientada para o desenvolvimento, Jorge Barreto Xavier vai mais longe. “Hoje, pensar a cultura como elemento informador do desenvolvimento e o desenvolvimento como elemento compreensivo, dentro e fora da Europa, um mesmo conceito para diferentes geografias e sociedade é assumir a defesa de um projeto, de uma visão para o mundo”<sup>190</sup> onde o trabalho deve ser não hierárquico e em rede.

No resumo da história das políticas culturais em Portugal, é necessário referir que foi com o Programa do I Governo Constitucional (1976/1978), que se autonomiza a SEC, uma vez que passa a depender directamente do Primeiro-Ministro. Porém, até 1983, a tutela pela SEC alterna entre a Presidência do Conselho de Ministros e o Ministério da Educação. Nesse mesmo ano, ao entrar em vigência o IX Governo Constitucional, o departamento da Cultura atinge, pela primeira vez, o estatuto de Ministério. No entanto, em 1985, ao entrar em vigência o X Governo Constitucional, a cultura volta ao estatuto de Secretaria de Estado. Ao entrar em vigência o XIII Governo Constitucional, em 1995, a SEC volta a ser transformada em Ministério da Cultura, momento considerado fundamental no âmbito da institucionalização da cultura na política portuguesa.

---

<sup>188</sup> CENTENO, Maria João (2012), *As organizações culturais e o espaço público: a experiência da rede nacional de teatros e cineteatros*, Lisboa, Colibri, p. 128.

<sup>189</sup> COSTA, António Firmino da (1997), "Políticas culturais: conceitos e perspectivas" in *OBS*, n.º 2, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, p. 2.

<sup>190</sup> XAVIER, Jorge Barreto (2016), *A cultura na vida de todos os dias*, Porto, Porto Editora, p. 189.

## CAPÍTULO VI – CONCLUSÕES

Para este capítulo final reservamos um espaço que pretende responder às questões enunciadas no princípio desta dissertação. Neste sentido, as palavras que se seguem irão funcionar como uma reflexão final de todo o conteúdo escrito e desenvolvido ao longo deste trabalho.

Passando para a reflexão propriamente dita, é possível desde logo constatar que nesta dissertação foram identificadas diferentes narrativas sobre Portugal no quadro de uma conjuntura revolucionária, o que marca de forma decisiva a trajectória das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA. Em boa verdade, estas campanhas são um reflexo das ambições políticas do MFA para esta época de mudança no país. A partir desta iniciativa, que durou pouco mais de um ano, o Movimento das Forças Armadas fomentou um importante diálogo com a população, contribuindo para o esclarecimento sobre o sentido de mudança iniciado pelo golpe de 25 de Abril de 1974. Esse aspecto revelar-se-ia fundamental na percepção que temos hoje do movimento que pôs fim a um regime ditatorial que durara 48 anos consecutivos.

Ao estenderem-se por diversas regiões do país, as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA permitiram dar a conhecer o “país real”<sup>191</sup>, bem como as suas carências materiais e imateriais, de acordo com os seus mentores. Organizados em torno das fragilidades do povo em áreas como a cultura, a política e a economia, os responsáveis pelas campanhas tentaram conquistar a adesão das populações para o projecto revolucionário em curso, apelando a uma “tomada de consciência colectiva”<sup>192</sup>. Como forma de promoverem a sua aproximação à população, as campanhas integraram intervenções artísticas e culturais, o que lhes permitiu estabelecer “um intenso diálogo com a cultura popular de matriz rural”<sup>193</sup>. Neste âmbito, esta experiência deixou de ser apenas política para se tornar também cultural.

A partir destas intervenções de âmbito cultural, as campanhas pretendiam “Coordenar e apoiar (...) todas as associações culturais do País, de modo a ser possível estabelecer um

---

<sup>191</sup> CORREIA, Ramiro, et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, p. 57.

<sup>192</sup> CORREIA, Ramiro, et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, p. 57.

<sup>193</sup> ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri, p. 385.

rede cultural em todo o território, rede essa que será a base de uma futura vida cultural do povo português”<sup>194</sup>. Essa premissa explica, em grande parte, o objectivo cultural presente nestas campanhas, que ambicionavam lançar uma semente que fomentasse a actividade cultural nas diversas localidades por onde passaram. Porém, de acordo com os promotores, não fica claro que esse efeito causal tenha tido resultados palpáveis, uma vez que a falta de meios e de tempo revelou muitas vezes uma inadequação das campanhas face às realidades locais encontradas. Recorde-se as palavras de Manuel Begonha, em relação à “Operação Nortada”: “No que se refere à Dinamização Cultural, provou-se que, embora com aspectos positivos, a simples passagem de um meio de animação como o teatro ou o cinema, mesmo em povoações que raramente tiveram essa oportunidade, pouco vai deixar capaz de fazer despertar o interesse para a criação de actividades locais. No entanto, em representações de peças de teatro a que se seguiu diálogo com assistência, este resultava normalmente em debates muito ricos e esclarecedores”<sup>195</sup>. Não obstante, na génese dessa ideia permanecem alguns aspectos importantes em relação às políticas culturais que se iriam desenvolver, posteriormente, em Portugal. Mas sobre este ponto falaremos mais adiante.

No período em duraram, as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA focaram-se em grande escala no norte do país, preferência que, de acordo com Luísa Tiago de Oliveira, se explicava por estas regiões serem vistas como “subdesenvolvidas cultural e politicamente”<sup>196</sup>. Além disso, eram também consideradas como zonas de influência de “caciques laicos ou eclesiásticos”<sup>197</sup> e que, assim sendo, constituíam um entrave ao rumo político que se pretendia para o país. Ao analisarmos o traçado destas campanhas concluiu-se que os seus objectivos foram sendo reconfigurados à medida que iam decorrendo. Desta forma, podemos concluir, que numa primeira fase, as campanhas consistiram essencialmente na dinamização cultural e no esclarecimento cívico; na segunda fase apontam também para a acção cívica, vertente esta reforçada numa terceira fase, onde se consubstanciou o apoio às “organizações unitárias de base”, entendidas pelos promotores das campanhas como alicerces de um renovado poder popular.

---

<sup>194</sup> CORREIA, Ramiro, et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, p. 20.

<sup>195</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 62.

<sup>196</sup> OLIVEIRA, Luísa Tiago (2004), *Estudantes e Povo na Revolução, O Serviço Cívico Estudantil (1974-1975)*, Oeiras, Celta, p. 118.

<sup>197</sup> OLIVEIRA, Luísa Tiago (2004), *Estudantes e Povo na Revolução, O Serviço Cívico Estudantil (1974-1975)*, Oeiras, Celta, p. 118.

Em relação a este último aspecto, torna-se essencial referir que a formação de boa parte de um novo “poder popular” é também um dos pontos centrais nos objectivos destas campanhas, uma vez que dessa forma se materializava a principal ambição política do MFA a partir de certo momento, ou seja, a de trazer o povo português para dentro da revolução. Para o fazer, este projecto precisava de um discurso coeso e que apelasse à participação popular. No âmbito desta dissertação concluímos que aqui reside a visão cultural por detrás das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA: a ideia de emancipação do povo, de forma a torná-lo numa entidade mais capacitada política e culturalmente.

Ao longo da sua implementação no terreno, as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA seriam alvo de diversas críticas que acusavam o projecto de paternalismo, dirigismo e pedagogia ideológica. Os seus próprios promotores reconhecem, a certa altura, falta de planeamento e a utilização de uma linguagem inadequada perante as populações. Sobre este aspecto de emancipação é possível falar-se, neste ponto, do chamado “paradoxo do espectador”, enunciado por Joseph Jacotot, no século XIX, quando afirmou “que um ignorante podia ensinar a outro ignorante aquilo que ele próprio não sabia, ao proclamar a igualdade das inteligências e ao opor a emancipação intelectual à instrução do povo”<sup>198</sup>.

Não obstante as críticas de que foram alvo, é possível concluir que as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA pretendiam sobretudo o desenvolvimento de uma cultura revolucionária, que combinasse elementos de cultura popular mas também de uma determinada cultura erudita. Daí que fosse importante apelar à activação de centros e associações culturais locais, capazes de criarem, autonomamente, uma agenda cultural para as regiões onde se localizavam. Note-se que, sobre este ponto, os responsáveis pelas campanhas referem inicialmente que não se pretendia “levar cultura mas motivar a população para que recupere as suas realidades através de uma cultura que um povo antigo como o nosso, efectivamente possui”<sup>199</sup>. Além disso, a estrutura das campanhas organizada por diversos sectores culturais permitiu o envolvimento de parte do meio intelectual português nas campanhas, o que contribuiu para uma maior abrangência deste projecto, em termos nacionais. Por outro lado, recorrendo ao apoio de artistas das diversas áreas, as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA ajudaram a promover áreas da cultura como o

---

<sup>198</sup> RANCIÈRE, Jacques (2010), *O espectador emancipado*, Lisboa, Orfeu Negro, p. 7.

<sup>199</sup> CORREIA, Ramiro, et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro, p. 20.

cinema, o teatro ou a literatura, resultando num processo colaborativo com aspectos benéficos para ambos os lados.

Ainda que esta dissertação não se tenha debruçado sobre experiências internacionais que influenciaram as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA é possível concluir que à época se tentou estabelecer um paralelismo com umas campanhas de alfabetização, lançadas em Cuba, em 1961. Nesta iniciativa, o regime de Fidel Castro, mantém o pressuposto de ida ao povo sem cultura e despolitizado. De acordo com Bhola terá havido mesmo, na área da cultura “uma valorização da cultura popular e o ressurgimento de novos expoentes nesta área, nomeadamente novos poetas e artistas”<sup>200</sup>. Citado por Sónia Vespeira de Almeida, Rodrigo de Freitas, coordenador do sector de Artes Plásticas do CODICE, identifica o modelo cubano como inspirador das Campanhas de Dinamização Cultural: “O movimento associativo cresceu muito e houve que transpô-lo para este projecto. Havia ainda um certo conhecimento, que era um ponto de partida, sobre os chamados CDRs<sup>201</sup>, que eram grupos dinamizadores, de alfabetização, de animação, de recolha de elementos culturais em várias áreas. O conhecimento ia-se transmitindo e procurava-se adaptar à realidade portuguesa”<sup>202</sup>.

Durante o período revolucionário português esteve também patente a ideia de uma revolução cultural para o país, onde, em última instância, acabam por entrar todas as ideias acima referidas. Em perspectiva, podemos perceber que é nas Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA que se materializa esse ideal. Mesmo que à época se tenha multiplicado o número de acções e intervenções de tipo cultural (nomeadamente na esfera privada), é nesta iniciativa que, pela primeira vez depois do 25 de Abril de 1974, se concretiza um projecto do MFA, que incluía membros no aparelho do Estado, com tais finalidades. Por essa razão, esta iniciativa acabar por figurar como uma experiência “assaz original”<sup>203</sup> no

---

<sup>200</sup> Bhola, H. S. (1986), *Les campagnes d’alphabétisation. Etude de l’action menée par huit pays et notes à l’intention des décideurs*, Paris, Unesco, citado por OLIVEIRA, Luísa Tiago (2004), *Estudantes e Povo na Revolução, O Serviço Cívico Estudantil (1974-1975)*, Oeiras, Celta, p. 36.

<sup>201</sup> Comités de Defesa da Revolução cubanos.

<sup>202</sup> ALMEIDA, S. V (2009) *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri, p. 94.

<sup>202</sup> OLIVEIRA, Luísa Tiago (2004), *Estudantes e Povo na Revolução, O Serviço Cívico Estudantil (1974-1975)*, Oeiras, Celta, p. 116.

<sup>203</sup> OLIVEIRA, Luísa Tiago (2004), *Estudantes e Povo na Revolução, O Serviço Cívico Estudantil (1974-1975)*, Oeiras, Celta, p. 116.

âmbito do processo revolucionário português. Finalmente, as suas características de base, assim como o seu traçado partilham elementos das políticas culturais que a partir daí seriam encetadas.

Tal como refere Vasco Pinto Leite, se há uma conquista bem presente nas campanhas de dinamização é a da “descentralização cultural”<sup>204</sup>. Esta ideia, tal como apontam diversos autores, será essencial para a construção de novas políticas culturais. Neste âmbito, esta dissertação procurou situar as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA no seio das primeiras políticas culturais portuguesas do pós-25 de Abril, onde também se salienta a criação dos primeiros centros culturais na província, como por exemplo em Évora. Na reflexão aqui produzida sobre os aspectos culturais da revolução portuguesa é possível vislumbrar os primeiros passos para a chamada institucionalização da cultura em Portugal. E, mesmo, distantes da criação do primeiro Ministério da Cultura em Portugal, as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA acabaram por funcionar como projecto-ensaio de muitas práticas e políticas culturais, posteriormente, instituídas.

De acordo com Manuel Begonha, no total realizar-se-iam “mais de 10 mil iniciativas” entre campanhas de dinamização, sessões públicas e de esclarecimento e intervenções em empresas, cobrindo todo o país”<sup>205</sup>, numa experiência que o autor classifica de “galvanização e de esperança irrepitível”<sup>206</sup>. Na leitura feita aos diversos depoimentos de quem viveu de perto as campanhas, é possível colocar também esta experiência num plano mitificado da revolução portuguesa. Sobre isso recordamos a palavras de José Cardoso Pires, que numa das suas crónicas falou do propósito desta iniciativa, que teria como finalidade o despertar das populações para a revolução: “as brigadas da Dinamização Cultural – soldados, estudantes e artistas – andavam pelas aldeias montanhosas e iam às minas, à fazenda solitária, aos confins do Diabo, e despertavam as populações, chamando-as ao país geral. Traziam a cartilha e o tractor e, às vezes, a ponta do fio eléctrico carregada de luz viva”<sup>207</sup>.

Em suma, esta dissertação tentou demonstrar que as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, enquanto proposta de uma agenda revolucionária, tiveram um contributo importante na forma como se perspectivou a cultura em Portugal depois da

---

<sup>204</sup> LEITE, Vasco Pinto (2013), *O Corpo do Delito*, Lisboa, Lápis de Memória, p. 208.

<sup>205</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 66.

<sup>206</sup> BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 66.

<sup>207</sup> PIRES, José Cardoso (1999), *E Agora, José?*, Lisboa, Dom Quixote, p. 224.

revolução. Ao motivarem uma ruptura com o passado, as campanhas ajudaram a consolidar um diálogo com as populações, com os seus costumes e hábitos, de forma a fomentar uma nova perspectiva cultural e política para o país. Mais do que isso, ao aprofundarem conceitos como o de cultura popular, esta experiência revolucionária contribuiu para uma conjuntura de aceleração histórica, fundamental num país que precisava de romper com as velhas tradições do seu passado, levando-o a reflectir sobre uma necessária revitalização da sua própria génese identitária.

## FONTES

### **Centro de Documentação 25 de Abril**

Espólio de Aida Monteiro (SC CIASC CENTRAL)

Espólio da Associação 25 de Abril

Espólio de Manuel de Brito

Espólio de Joaquim Maria Ramos Roriz Pereira

Espólio de António S. Neves Dias

### **Arquivo do Ministério da Defesa Nacional:**

Fundo 5ª Divisão - EMFGA:

Caixa 3 (Pertence ao SR.2 – CORRESPONDÊNCIA DE PARTICULARES E ENTIDADES OFICIAIS)

Caixa 9 (Pertence ao SR.2 – CORRESPONDÊNCIA DE PARTICULARES E ENTIDADES OFICIAIS)

Caixa 11 (Pertence ao SR.3 – FORÇAS ARMADAS)

Caixa 37 (Pertence ao SR.13 – CODICE – COMISSÃO DINAMIZADORA CENTRAL)

Caixa 38 (Pertence ao SR.13 – CODICE – COMISSÃO DINAMIZADORA CENTRAL)

Caixa 39 (Pertence ao SR.14 – CODIRE AÇORES E MADEIRA)

Caixa 32 (Pertence ao SR.13 – CODICE – COMISSÃO DINAMIZADORA CENTRAL)

Caixas 40, 41, 42, 43, 46 (Pertence ao SR.15 – CODIRE NORTE)

Caixa 49 (Pertence ao SR.17 – CODIRE CENTRO)

Caixa 54 (Pertence ao SR.17 – CODIRE LISBOA)

Caixa 57 (Pertence ao SR.18 – CODIRE SUL)

Caixa 58 (Pertence ao SR.19 – CODIRE FARO)

### **Periódicos**

*Boletim do MFA*

*Seara Nova (1974/ 1975)*

*Cinéfilo (1974)*

*Celulóide (1974/ 1975)*

### **Entrevistas**

Manuel Begonha (Lisboa, 02/12/2017)

Vasco Pinto Leite (Lisboa – Barcelona, 09/12/17)

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2007), *A Ruralidade no Processo de Transição para a Democracia em Portugal. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas (1974-1975)*, Tese de doutoramento em Antropologia, Lisboa, ISCTE.
- ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri.
- ARENDT, Hannah (2001), *Sobre a Revolução*, Lisboa, Relógio de Água.
- BARRETO, António (1978), *Anatomia de Uma Revolução: a Reforma Agrária em Portugal, 1974-1976*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- BAUMAN, Zygmunt (1989), *Legislators and Interpreters: On Modernity, Post-Modernity, and Intellectuals*, Oxford, Polity Press.
- BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri.
- BENJAMIN, Walter (1992), *Sobre a Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Lisboa, Relógio de Água.
- BOAS, Franz (1964), *Cuestiones Fundamentales de Antropologia cultural*, Buenos Aires, Solar/Hachete.
- BRITO, José Maria Brandão (2001), *O País em Revolução*, Lisboa, Editorial Notícias.
- BURKE, Peter (1989), *Cultura Popular na Idade Moderna*, São Paulo, Companhia das Letras.
- CENTENO, Maria João (2012), *As organizações culturais e o espaço público: a experiência da rede nacional de teatros e cineteatros*, Lisboa, Colibri.
- CORREIA, Natália (1978), *Não percas a rosa: diário e algo mais (25 de Abril de 1974-20 de Dezembro de 1975)*, Lisboa, Dom Quixote.
- CORREIA, Ramiro, et al. (s. d.), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro.
- CÔRTE-REAL, Maria de São José (2014), "Sons de Abril: Estilos musicais e movimentos de intervenção político-cultural na Revolução de 1974" in *Revista portuguesa de musicologia*, 6, pp. 141-172.
- COSTA, José Filipe (2002), *O Cinema ao Poder! A Revolução do 25 de Abril e as políticas de cinema entre 1974-1976*, Lisboa, Hugin.
- CRUZEIRO, Maria Manuela (2009), *Vasco Lourenço. Do Interior da Revolução*, Lisboa, Âncora.
- DEBRAY, Régis (2018), *Maió de 68: Uma Contrarrevolução Conseguida*, Dom Quixote.
- DIONÍSIO, Eduarda (1996), "As práticas culturais", in António Reis (ed.) *Portugal, Vinte Anos de Democracia*, Lisboa, Temas e Debates, pp. 443-489.

- FENTRESS, James e WICKAM, Chris (1994), *Memória social. Novas perspectivas sobre o passado*, Lisboa, Teorema.
- FERREIRA, José Medeiros (1993) (eds.), “Portugal em Transe (1974-1985)”, vol. 8. in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- FERREIRA, Serafim [et al.] (1975), *MFA motor da revolução portuguesa*, Lisboa, Diabril.
- FOUCAULT, Michel (1997), *Nietzsche, La Genealogia, La Historia*. Valencia, Ed. Pre-textos.
- GEERTZ, Clifford (2012), *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, LTC.
- GEORGE, João Pedro (2002), *O meio literário português (1960-1998) Prémios Literários, Escritores e Acontecimentos*, Lisboa, Difel.
- GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin (1992), *O inquérito. Teoria e prática*, Lisboa, Celta Editora.
- GONÇALVES, Vasco (1977), *Discursos, conferências de imprensa, entrevistas*, Lisboa, Seara Nova.
- HUNTINGTON, Samuel (1991), *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, Norma, University of Oklahoma Press.
- LEITE, Vasco Pinto (2013), *O Corpo do Delito*, Lisboa, Lápis de Memória.
- Livro Branco da 5.ª Divisão 1974-1975* (1984), Lisboa, Livraria Ler Editora.
- LOURENÇO, Eduardo (1976), *O Fascismo Nunca Existiu*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- LOURENÇO, Eduardo (1992), *O Labirinto da Saudade: psicanálise mítica do destino português*, Lisboa, Dom Quixote.
- LOURENÇO, Eduardo (1999), *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva;
- LOURENÇO, Eduardo (2013), *Os Militares e o Poder*, Lisboa, Gradiva.
- MADEIRA, João (2017), “Os escritores comunistas e a Revolução do 25 de Abril” in *Miscelânea: Revista de Literatura e Vida Social*, 15, pp. 25-43.
- MAILER, Phil (2018), *Portugal: A Revolução Impossível?*, Lisboa, Antígona.
- MARIE, Pierre (2017), “Revolução dos Cravos e educação popular: as associações de educação popular em Portugal (1974-1986)” in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Vol. 17, pp. 371-390.
- MELO, Idalina Aguiar de (1993), «Estratégias de Importação da "Alta Cultura". O Caso do Teatro Alemão Representado em Portugal (1974-1980)» in Boaventura de Sousa Santos (org.) *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, pp. 555-589.

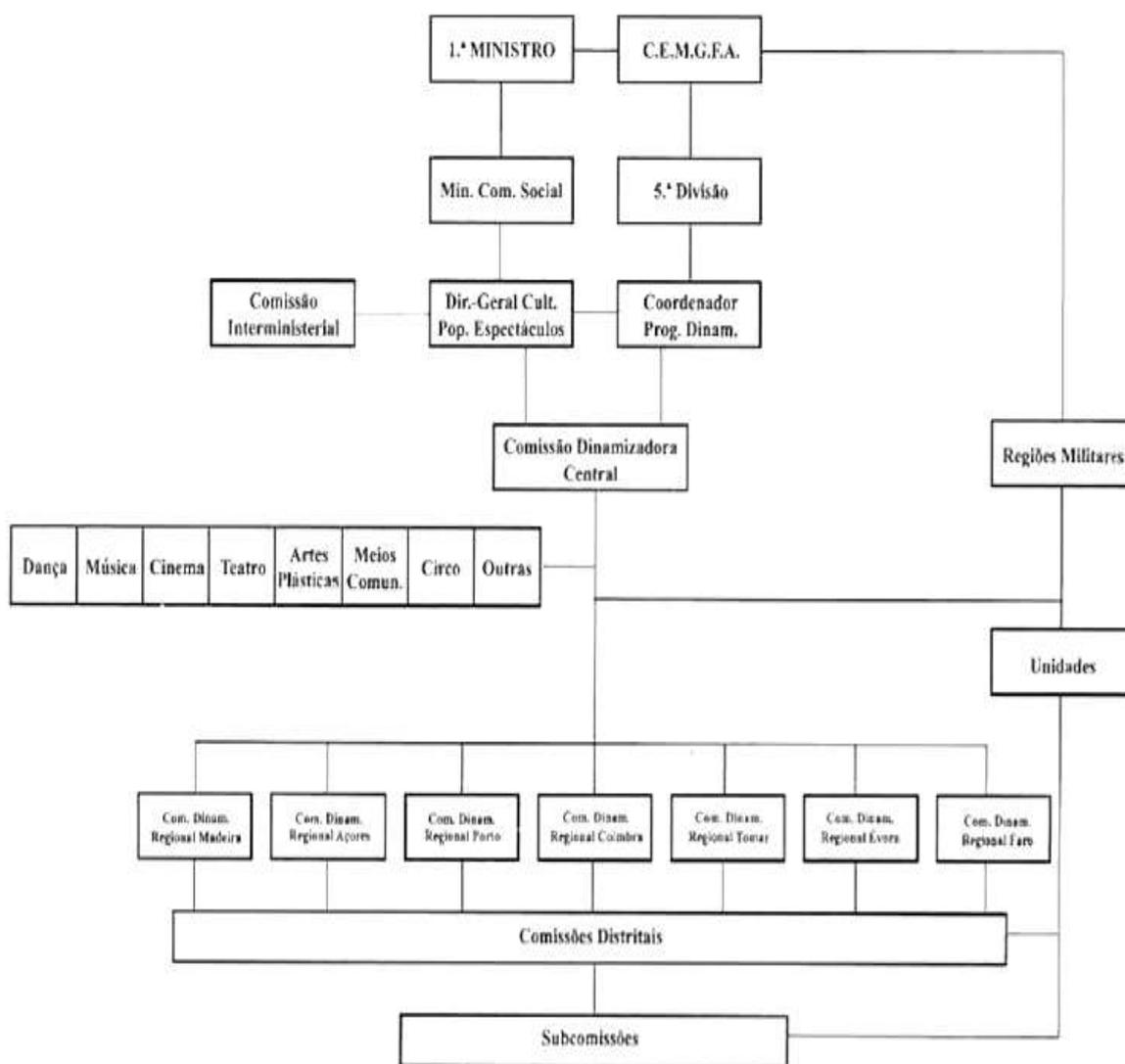
- NOGUEIRA, Isabel (2013), *Artes plásticas e crítica em Portugal nos anos 70 e 80: vanguarda e pós-modernismo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- OLIVEIRA, Luísa Tiago (2004), *Estudantes e Povo na Revolução, O Serviço Cívico Estudantil (1974-1975)*, Oeiras, Celta.
- PALACIOS CEREZALES, Diego (2003), *O poder caiu na rua. Crise de Estado e acções colectivas na revolução portuguesa, 1974-1975*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- PINTO, António Costa (2005), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Dom Quixote.
- PIRES, José Cardoso (1999), *E Agora, José?*, Lisboa, Dom Quixote.
- PORTO, Carlos (1985), *Dez Anos de Cinema em Portugal: 1974-1984*, Lisboa, Editorial Caminho.
- PORTO, Carlos (1996), “Do tradicional ao Teatro Independente”, in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 279-290.
- PORTO, Carlos (1997), “O teatro em Portugal nos anos 90” in *Discursos: estudos de língua e cultura portuguesa*, pp. 13-23.
- PUCHNER, Martin (2006), *Poetry of the Revolution. Marx, Manifestos, and the Avant-Gardes*, Princeton, University Press.
- RAMOS DO Ó, Jorge (1999), *Os Anos de Ferro. O Dispositivo Cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949*, Lisboa, Estampa.
- RANCIÈRE, Jacques (2010), *O espectador emancipado*, Lisboa, Orfeu Negro.
- REZOLA, Maria Inácia (2006), *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*, Lisboa, A Esfera do Livro.
- REZOLA, Maria Inácia (2006), *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, Lisboa, Campo da Comunicação.
- RIBEIRO, António Sousa (1986), “O Povo e o Público, Reflexões sobre a Cultura em Portugal no Pós-25 de Abril”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 18/19/20, pp. 11-26.
- RIBEIRO, António Sousa (1993), “Configurações do Campo Intelectual Português no Pós-25 de Abril: O Campo Literário”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, pp.481-512.
- RIBEIRO, Vasco (2014), “Os primeiros passos da comunicação política democrática em Portugal: A 5.ª Divisão do MFA como motor da propaganda revolucionária no PREC”, in *História*, Revista da FLUP Porto, IV Série, vol. 4, pp. 79-91.
- ROSAS, Fernando (2004), *Portugal século XX: 1890-1976: pensamento e acção política*, Lisboa, Editorial Notícias.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1992), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento.

- SANTOS, Boaventura de Sousa Santos (1993), *Portugal, um retrato singular*, Porto, Edições Afrontamento.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (1998), “As políticas culturais em Portugal”, in *OBS-Pesquisas*, nº 3, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos e José Machado Pais (org.) (2010), *Novos trilhos culturais: práticas e políticas*, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais.
- SCHMITTER, Philippe (1999), *Portugal: do autoritarismo à democracia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- SILVA, Augusto Santos (1994), *Tempos Cruzados, Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento.
- SILVA, Augusto Santos (2000), *Cultura e Desenvolvimento: Estudos sobre a Relação entre Ser e Agir*, Oeiras, Celta.
- STOER, Stephen R. (1986), *Educação e Mudança Social em Portugal 1970-1980. Uma Década de Transição*, Porto, Edições Afrontamento.
- TRAVERSO, Enzo (2012), *O Passado, modos de usar. História, Memória e Política*, Lisboa, Edições Unipop.
- TYLOR, Edward B. (2016), *Primitive Culture: Researches into the Development of Mythology, Philosophy Religion, Language, Art and Custom*, Vol. I. New York, Dover Publications
- VARELA, Raquel (2014), *História do povo na Revolução Portuguesa 1974-75*, Lisboa, Bertrand Editora.
- WILLIAMS, Raymond (1977), *Marxism and Literature*, Oxford, Oxford University Press.
- XAVIER, Jorge Barreto (2016), *A cultura na vida de todos os dias*, Porto, Porto Editora

## ANEXOS

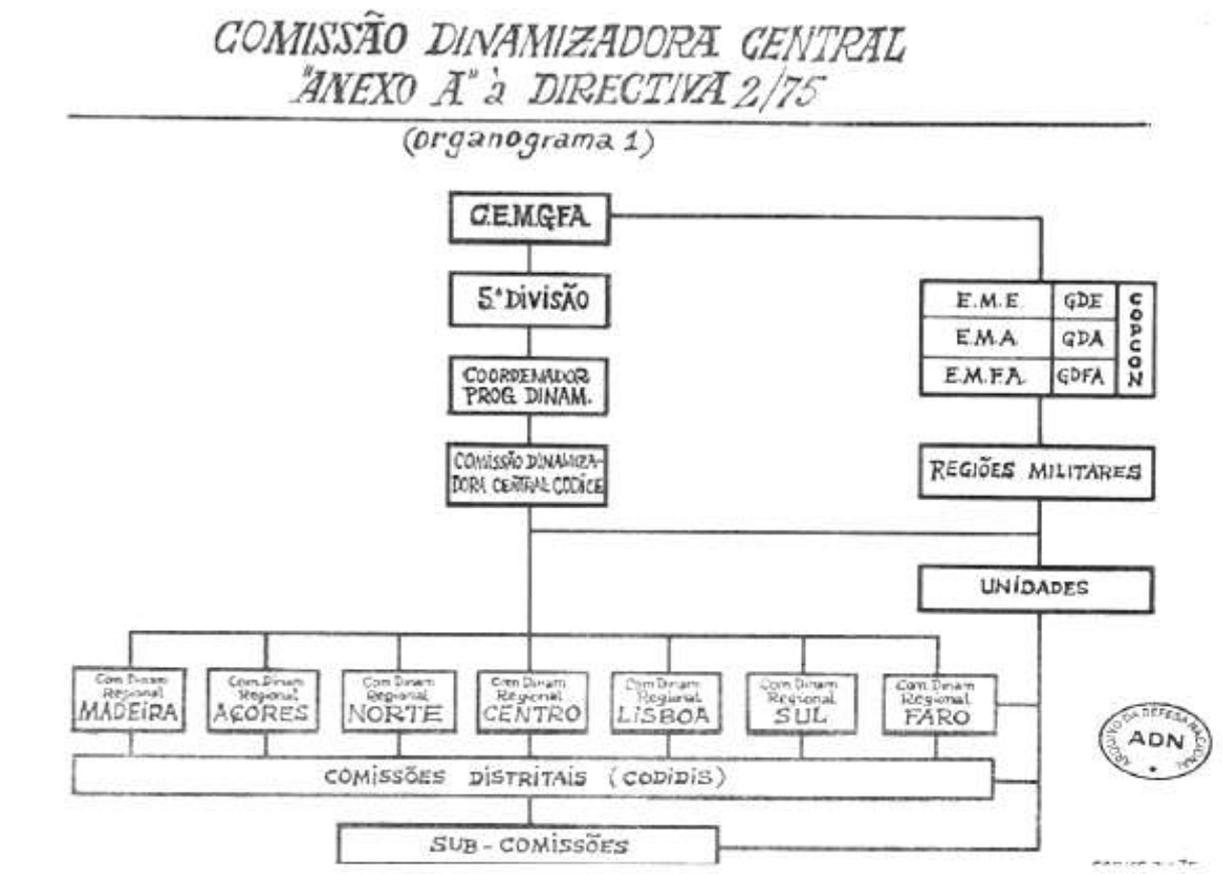
### ANEXO A – ORGANIGRAMAS<sup>208</sup>

Organigrama 1 – Programa de Dinamização Cultural, Organigrama

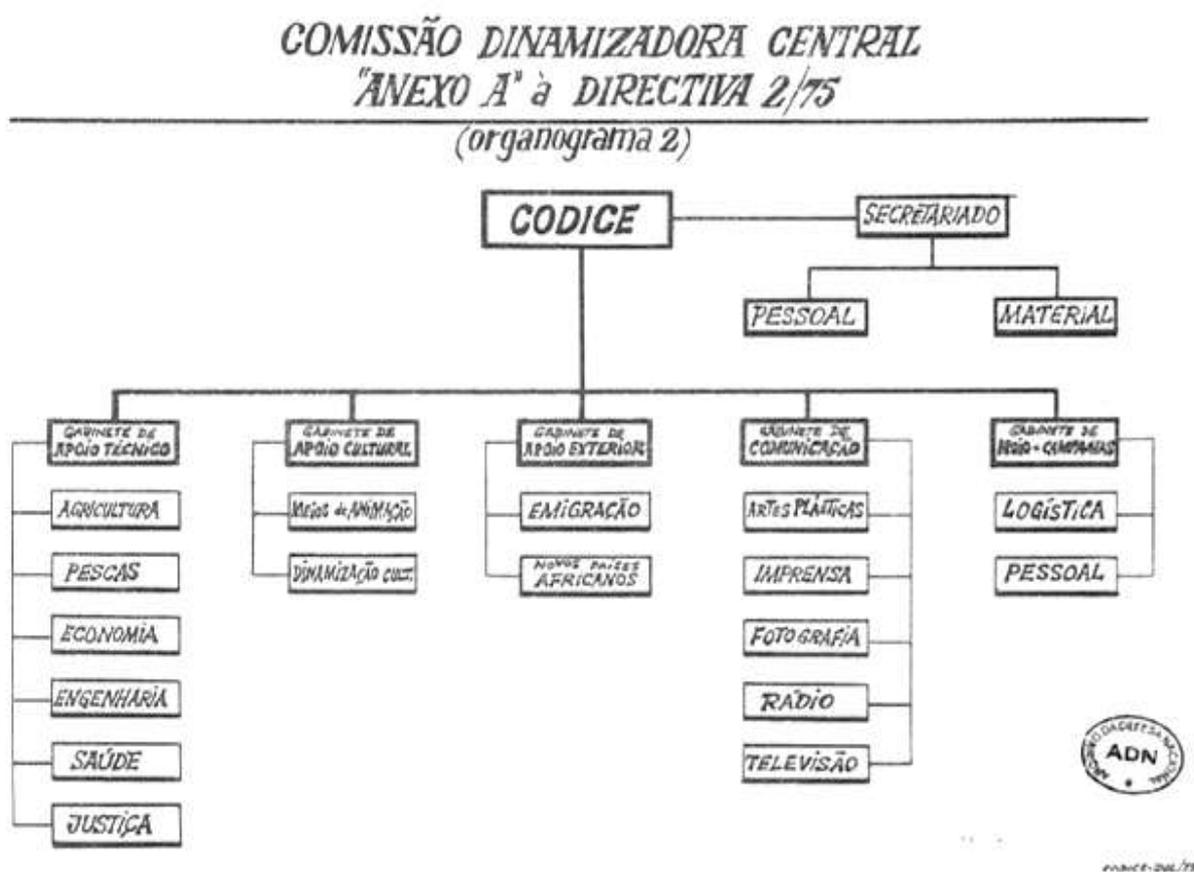


<sup>208</sup> Organigramas provenientes da “Directiva N.º 2/75 Acção Cívica das Forças Armadas Campanha de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico”, documento assinado por Ramiro Pedrosa Correia e Manuel Bacelar Begonha, datado de 15 de Julho de 1975 (ADN/F6/SR. 12/Cx31/V9) e de BEGONHA, Manuel (2015), *5ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri.

Organigrama 2 – Comissão Dinamizadora Central. «Anexo A» à Directiva 2/75



Organigrama 3 – Comissão Dinamizadora Central. «Anexo A» à Directiva 2/75



## **ANEXO B – LISTA DE GRUPOS E PEÇAS DE TEATRO REPRESENTADAS<sup>209</sup>**

### **Casa de Comédia**

- *Um barco para Ítaca*, Manuel Alegre

### **Centro Cultural de Évora**

- *A noite de 28 de Setembro*, Richard Demarcy

### **Clube Recreativo Popular de Boa Fé (Évora)**

- *A Forja*, texto de Alves Redol

### **Companhia de Teatro Itinerante Rafael Oliveira**

- *A Traição do Padre Martinho*, texto de Bernardo Santareno

### **Comuna Teatro de Pesquisa**

- *Ceia II*, texto colectivo a partir de textos de Bertolt Brecht, de Antero de Quental, de Pedro Homem de Melo e da Bíblia

- *Era uma Vez*, Alfredo Nery Paiva

### **Conjunto Cénico Caldense (Caldas da Rainha)**

- *O Canto do Papão Lusitano*, Peter Weiss

### **Grupo Cénico Amador da Manutenção Militar**

- *O Urso*, texto de Anton Tchekhov

### **Grupo da Casa do Povo de Nossa Senhora da Tourega (Évora)**

- *O Dia Seguinte*, Luís Francisco Rebelo

### **Grupo de Teatro de Campolide**

- *Fulgor e Morte de Joaquim Murieta*, Pablo Neruda

---

<sup>209</sup> Os grupo e título de peças de teatro foram obtidos através da documentação consultada nos Arquivos da Defesa Nacional e da lista organizada em ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2007), *A Ruralidade no Processo de Transição para a Democracia em Portugal. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção*, Tese de doutoramento em Antropologia, Lisboa, ISCTE.

### **Grupo de Teatro Amador de Sete Rios**

- *A Poesia é uma Arma Carregada de Futuro*. Montagem cénica de poemas Mayakovsky, Manuel Alegre, António Gedeão, Mao Tse Tsung e de diversos poetas africanos

### **Grupo de Teatro CDAC (Alenquer)**

- *A Caminho da Liberdade*

### **Grupo de Teatro Lethes**

- *PIDE, história da repressão*

### **Grupo de Teatro de Manique do Intendente**

- *A Traição do Padre Martinho*, texto de Bernardo Santareno

### **Grupo de Teatro do Operário de Mem Martins**

- *As Espingardas da Mãe Carrar*, texto de Bertolt Brecht

### **Grupo Veto-Teatro-Oficina**

- *A 10ª Turista*, texto de Mendes de Carvalho

### **Os Bonecreiros**

- *As Imprecações Junto das Muralhas da Cidade*

### **Os Cómicos**

- *Da Vida Heróica da Burguesia, As Cuecas*, textos de Carl Sternheim

### **Teatro da Cornucópia**

- *O Terror e a Miséria no III Reich*, Bertolt Brecht

### **Teatro Português de Paris**

- *O Canto do Papão Lusitano*, Peter Weiss

## ANEXO C – LISTA DE FILMES E DOCUMENTÁRIOS EXIBIDOS<sup>210</sup>

*São Bernardo*, Brasil, 1971. Realização: Leon Hirszman

*La Tierra Prometida*, Chile, 1974. Realização: Miguel Littin

*Cuando Despierta el Pueblo*, Colômbia, 1973. Realização Colectiva

*La Nueva Escuela*, Documentário, Cuba, 1973. Realização: Jorge Fraga

*Cuadra por Cuadra*, Documentário, Cuba, 1975. Realização: Instituto Cubano del Arte e Industria Cinematográficos

*Las Hurdes, tierra sin pan*, Espanha, 1933, Realização: Luís Buñuel

*Charlot Agiota e Charlot Prestamista*, Estados Unidos da América, 1916. Realização: Charlie Chaplin

*O Navegante*, Estados Unidos da América, 1924. Realização: Buster Keaton

*Long Pants*, Estados Unidos da América, 1927. Realização: Frank Capra

*Attica*, Documentário, Estados Unidos da América, 1974. Realização: Cinda Firestone

*The Wilby Conspiracy*, Estados Unidos da América, 1975. Realização: Ralph Nelson

*Delta Fase I*, Holanda, 1962. Realização: Bert Haastra

*Nederland*, Holanda, 1921. Realização: Willy Mullens

*Max et la Quinquine*, França, 1911. Realização: Max Linder

*L'Espoir*, França/ Espanha, 1937. Realização: André Malraux

*Pantomines*, França, 1954. Realização: Paul Paviot

---

<sup>210</sup> Os títulos destes filmes foram obtidos através da documentação consultada nos Arquivos da Defesa Nacional e da lista organizada em ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2007), *A Ruralidade no Processo de Transição para a Democracia em Portugal. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas (1974-1975)*, Tese de doutoramento em Antropologia, Lisboa, ISCTE. Algumas das fontes faziam apenas referência ao título do filme pelo que algumas referências se encontram incompletas.

*On Vous Parle du Brésil*, França, 1969. Realização: Grupo Slon

*Canção de Lisboa*, Portugal, 1933. Realização: José Cottinelli Telmo

*A Almadraba Atuneira*, Documentário, Portugal, 1961. Realização: António Campos

*Vilarinho das Furnas*, Documentário, Portugal, 1971. Realização: António Campos

*Caminhos da Liberdade*, Portugal, 1974. Realização: Cinequipa

*1º de Maio*, Portugal, 1974. Realização: Telecine-Moro

*A Revolução está na Ordem do Dia*, Portugal, 1975. Realização: Eduardo Geda

*Cooperativa Agrícola da Lourinhã*, Portugal, 1975. Realização: Pitaca Antunes

*Roménia*, Portugal, 1975. Série “Caminhos da Revolução”. Realização: Jorge Cabral

*Alexandre Nevski*, União Soviética, 1938. Realização: Serguei Eisenstein

*Na Senda das Patrulhas Verdes*, União Soviética

*Tupamaros*, Documentário, Uruguai, 1972. Realização: Jan Lindqvist

*Chile*, 1974. Realização: Paul Bourron

*Sangha*, França, 1969. Realização: Bruno Muel, Claudina Vidal e Suzanne Scialon

*Universidade Comprometida*

*VIP Especial*

*Las Ventajas del Atraso*

*El Mar de Walden*

*Não é hora para chorar*

*Le Diamant*

*Agricultura em Cuba*

*Cooperativas na RDA*

*Escolha a profissão que lhe agrada*

*Associativismo, 1975*

*Les Esquisses de Karpate*

*Valle del Caoto* (empréstimo da embaixada de Cuba em Portugal)

*En la Scuola dell Ballet* (empréstimo da embaixada de Cuba em Portugal)

*El Ultimo Assalto* (empréstimo da embaixada de Cuba em Portugal)

*Revolución Cubana* (empréstimo da embaixada de Cuba em Portugal)